

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANTONIO JEFFERSON DA SILVA**

**A DISPUTA SAUDI-IRANIANA PELA HEGEMONIA NO ORIENTE MÉDIO A  
PARTIR DO ESTUDO DO CONFLITO IEMENITA**

**GOIÂNIA**

**2022**

ANTONIO JEFFERSON DA SILVA

**A DISPUTA SAUDI-IRANIANA PELA HEGEMONIA NO ORIENTE MÉDIO A  
PARTIR DO ESTUDO DO CONFLITO IEMENITA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2022

DA SILVA, Antonio Jefferson. 2022.

A disputa saudí-iraniana pela hegemonia o Oriente Médio a partir do estudo do conflito iemenita. Antonio Jefferson da Silva – Goiânia, 2022.

Total de folhas: 65 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado  
Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

1. Hegemonia. 2. Arábia Saudita. 3. Irã. 4. Iêmen. 5. Guerra por Procuração. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. A disputa saudí-iraniana pela hegemonia o Oriente Médio a partir do estudo do conflito iemenita

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

ANTONIO JEFFERSON DA SILVA

**A DISPUTA SAUDI-IRANIANA PELA HEGEMONIA NO ORIENTE MÉDIO A  
PARTIR DO ESTUDO DO CONFLITO IEMENITA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em 10 de Junho de 2022

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

---

Prof. Dr. Danillo Alarcon (PUC- Goiás)

---

Carolina de Castro Palhares (UFU)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer imensamente ao meu pai, Antonio Genivaldo da Silva e a minha mãe, Ivani Rocha da Silva, por todo o amor, suporte e amparo que me deram durante todo o meu desenvolvimento humano e acadêmico. Através de todo o suporte garantido pelos meus pais pude ingressar no ensino superior. Também gostaria de agradecer e enaltecer o Programa Universidade para Todos (PROUNI), graças ao PROUNI pude ingressar de maneira gratuita em uma universidade particular de renome como a Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

No mais também gostaria de ressaltar todo o conhecimento obtido e as grandes aulas ministradas pelo corpo docente da PUC – Goiás, em especial os professores Danillo Alarcon e Giovanni Okado. E por fim a todos (as) os colegas da turma de 2018/2 do curso de Relações Internacionais.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho monográfico é realizar uma análise sobre uma possível disputa entre Arábia Saudita e Irã pelo estabelecimento de uma hegemonia na região do Oriente Médio, para isso será usado como estudo de caso a guerra civil iemenita de (2014 – atual) e respectivamente a guerra por procuração presente dentro do conflito iemenita. A pesquisa utiliza como referencial teórico a teoria realista das relações internacionais e em especial o realismo ofensivo proposto por John Mearsheimer (2001) além disso é utilizado o método qualitativo com uma revisão bibliográfica para conduzir o estudo de caso do conflito iemenita. A região do Iêmen é disputada pelos dois países através de uma guerra por procuração, porém, através da revisão bibliográfica é possível compreender que Arábia Saudita e Irã nem sempre foram rivais, inclusive sendo cooperativos entre si em momentos específicos, em especial durante o reinado de Reza Pahlavi no Irã. O ponto de ruptura se dá após a revolução islâmica de 1979, a qual estabelece um governo republicano no Irã. O governo iraniano passa a buscar a exportação do seu modelo revolucionário e xiita, o qual é antagonico ao modelo sunita monárquico adotado pelos sauditas, diante disso se dá início uma relação de rivalidade entre sauditas e iranianos. Ambos os Estados utilizam da guerra por procuração a fim de buscarem seus interesses dentro do Iêmen. A guerra por procuração é definida como um conflito intraestatal que sofre com a interferência de Estados terceiros sob os grupos beligerantes (estatais ou não estatais). No contexto do estudo de caso iemenita, o Irã utiliza do grupo paramilitar não estatal denominado como houthis para poder estabelecer sua presença no Iêmen, enquanto isso a Arábia Saudita apoia militarmente o governo internacionalmente reconhecido de Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi. Desta forma, levanta-se o questionamento de como a guerra por procuração dentro do conflito iemenita contribui na busca de uma hegemonia e na rivalidade saudí-iraniana? Parte-se da hipótese que o país que conquistar uma posição política dentro do Iêmen obterá uma vantagem sobre o outro na busca pelo estabelecimento de uma hegemonia na região. Os resultados obtidos trazem a ideia de que de *facto* existe uma disputa hegemônica entre Arábia Saudita e Irã e que os Estados utilizam da guerra de procuração no Iêmen como um instrumento para assim poderem buscar essa hegemonia, a fim de garantirem a sobrevivência de seus respectivos regimes sob a ótica do realismo ofensivo.

Palavras-chave: Hegemonia; Irã; Arábia Saudita; Iêmen; Guerras por Procuração.

## **ABSTRACT**

The objective of this monographic work is to carry out an analysis of a possible dispute between Saudi Arabia and Iran for the establishment of a hegemony in the Middle East region, for this will be used as a case study the Yemeni civil war of (2014 - current) and respectively the proxy war present within the Yemeni conflict. The research uses as theoretical framework the realist theory of international relations and in particular the offensive realism proposed by John Mearsheimer (2001) in addition, the qualitative method is used with a literature review to conduct the case study of the Yemeni conflict. The Yemen region is disputed by the two countries through a proxy war, however, through the literature review it is possible to understand that the Saudi Arabia and Iran were not always rivals, even being cooperative with each other at specific times, especially during the reign of Reza Pahlavi in Iran. The breaking point comes after the Islamic revolution of 1979, which establishes a republican government in Iran. The Iranian government begins to seek the export of its revolutionary and Shiite model, which is antagonistic to the Sunni monarchical model adopted by the Saudis, before which a relationship of rivalry between Saudis and Iranians begins. Both states use proxy warfare to pursue their interests within Yemen. War by proxy is defined as an intra-state conflict that suffers from the interference of third states with belligerent groups (state or non-state). In the context of the Yemeni case study, Iran uses the non-state paramilitary group known as the Houthis to establish its presence in Yemen, while Saudi Arabia militarily supports the internationally recognized government of Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi. In this way, the question arises of how the proxy war within the Yemeni conflict contributes to the search for hegemony and the Saudi-Iranian rivalry? It starts from the hypothesis that the country that conquers a political position within Yemen will obtain an advantage over the other in the search for the establishment of a hegemony in the region. The results obtained bring the idea that in fact there is a hegemonic dispute between Saudi Arabia and Iran and that the States use the proxy war in Yemen as an instrument to be able to seek this hegemony in order to guarantee the survival of their respective regimes. from the perspective of offensive realism.

**Key Words:** Hegemony; Iran; Saudi Arabia; Yemen; Proxy Wars.

## LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Figura 1 – Localização do Irã no Oriente Médio e na Ásia central .....	26
Figura 2 – Mapa mostrando a localização da Arábia Saudita no Oriente Médio.....	27
Figura 3 – Divisão territorial entre Iêmen do Norte (em laranja) e Iêmen do Sul (em amarelo).	47
Figura 4 – Mapa do conflito iemenita em janeiro de 2022.....	55
Figura 5 – Localização geográfica do Iêmen com destaque no Golfo de Áden.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	10
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO: REALISMO E NEORREALISMO ESTRUTURAL, MEARSHEIMER E HEGEMONIA, GUERRAS POR PROCURAÇÃO.....</b>	13
1.1 REALISMO E NEORREALISMO ESTRUTURAL.....	13
1.2 MEARSHEIMER: REALISMO OFENSIVO E HEGEMONIA.....	16
1.3 GUERRAS POR PROCURAÇÃO.....	20
<b>2. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS IRANIANO E SAUDITA E O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES SAUDI-IRANIANAS.....</b>	26
2.1 DA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS À REVOLUÇÃO ISLÂMICA (DO ENTREGUERRAS A 1979).....	26
2.2 DA REVOLUÇÃO IRANIANA AO GOVERNO DE AHMADINEJAD (DE 1979 A 2013).....	33
2.2.1 GUERRA IRÃ-IRAQUE; REAÇÃO SAUDITA AO CONFLITO.....	38
2.2.2 BREVE REAPROXIMAÇÃO SAUDI-IRANIANA.....	42
2.2.3 MAHMOUD AHMADINEJAD E O RESTABELECIMENTO DA RIVALIDADE.....	44
<b>3. O CASO IÊMEN: DA FORMAÇÃO DO ESTADO IEMENITA A GUERRA CIVIL E INTEVERNÇÃO SAUDI-IRANIANA.....</b>	45
3.1 DA FORMAÇÃO DO IÊMEN.....	46
3.1.2 MANIFESTAÇÕES NO CONTEXTO DA PRIMAVERA ARÁBE E INSTABILIDADE POLÍTICA.....	51

3.2 GOLPE DE ESTADO, INÍCIO DA GUERRA CIVIL E INTERVENÇÕES SAUDI-IRANIANA.....	54
3.2.1 O IÊMEN COMO PALCO PARA A DISPUTA SAUDI-IRANIANA	57
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	63

## INTRODUÇÃO

A região do Oriente Médio, desde o período pós-colonial, é caracterizada por diversas dinâmicas político-econômicas e sociais. A região por ser economicamente importante através da produção petrolífera, e por ser lar do islamismo, acaba sendo alvo de pretensões hegemônicas de potências globais, e por potências regionais, a exemplo de Arábia Saudita e Irã.

A exemplo de Arábia Saudita e Irã, que são os países mais atuantes na região do Oriente Médio, existe uma rivalidade político-religiosa que coloca os dois Estados em posições antagônicas em suas respectivas políticas externas. Entretanto essa rivalidade nem sempre existiu, no período de suas respectivas formações de seus Estados modernos no início do século XX, Arábia Saudita e Irã tinham relações cordiais e pragmáticas.

O ponto de ruptura entre os dois países foi com a Revolução Islâmica no Irã de 1979. O novo governo iraniano republicano adotou uma linha ideológica extremista do islamismo xiita, a qual vai de desacordo com a linha wahabbista<sup>1</sup> do islamismo sunita presente na Arábia Saudita. Além disso, o regime iraniano passou a contestar a legitimidade do regime monárquico presente na Arábia Saudita e em outros Estados monárquicos sunitas presentes na região do Golfo Pérsico.

Para discorrer sobre a rivalidade política entre a Arábia Saudita e Irã, será usado como estudo de caso a Guerra Civil Iemenita iniciada em 2014. No estudo de caso do conflito iemenita primeiramente será feita uma revisão biobibliográfica para contextualizar brevemente a história e a formação do Estado do Iêmen unificado, posteriormente será abordado as dinâmicas políticas que levaram a eclosão da guerra civil iemenita em 2014 e por fim no Estudo de caso será abordado as interferências sauditas e iranianas no conflito iemenita, e como o conflito influi em uma possível disputa hegemônica entre os dois Estados.

O conflito iemenita pode ser é caracterizado como uma guerra por procuração, pois o mesmo conta com interferências sauditas em apoio ao governo deposto de Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, enquanto os iranianos apoiam o grupo rebelde conhecido como houthis. Os houthis possuem ligações com os iranianos através do islamismo xiita. Diante disso, os houthis são agentes iranianos desestabilizadores na península arábica.

---

<sup>1</sup> Wahabismo – em árabe *Wahābī* – é uma linha dentro da vertente sunita do islamismo. O wahabismo foi fundado por Muḥammad ibn ‘Abd al-Wahhāb no século XVIII. Desde meados do ano de 1740 o wahabismo é a vertente religiosa usada pelos membros do clã Saud. Com isso, desde a fundação do Reino da Arábia Saudita em 1932, o wahabismo é tido como a linha religiosa oficial do país (BRITANNICA, 2022a).

Através disso, o objetivo deste trabalho é analisar as disputas hegemônicas entre Arábia Saudita e Irã, e como elas se ocorrem dentro da atual Guerra Civil Iemenita. A principal hipótese é que assim como o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) propõem, ambos os Estados – Arábia Saudita e Irã – tem como principal objetivo a segurança interna e a garantia da existência de seus regimes. Para que isso seja feito, ambos os Estados buscam estabelecer uma hegemonia regional no Oriente Médio, com ambos buscando diminuir o poder um do outro.

A problemática que traz o objetivo de estudar sobre a disputa entre Arábia Saudita e Irã está em como a rivalidade entre estes dois países interferem internamente em outros Estados. Apesar do conflito iemenita ter se iniciado em grande partes devido a dinâmicas e rivalidades internas, a escalda e a manutenção do conflito tem como contribuição as interferências externas de Arábia Saudita e Irã.

A metodologia usada é a revisão bibliográfica sobre conceitos e definições sobre realismo e realismo ofensivo, além de analisar as dinâmicas presentes entre Arábia Saudita e Irã além de analisar como essas disputas se dão dentro do conflito iemenita.

Dessa forma a estrutura de pesquisa se dividiu da seguinte maneira:

- A) Utilizar o referencial teórico realista, além de discorrer sobre as definições sobre hegemonia e guerras por procuração;
- B) Avaliar as pretensões hegemônicas sob a ótica realista;
- C) Compreender as dinâmicas presentes nas relações entre Irã e Arábia Saudita;
- D) Analisar o conflito civil iemenita e identificar os impactos que a disputa saudiana-iraniana trás sobre esse conflito.

A monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo estabelecer o referencial teórico, sendo na primeira seção trabalhado sobre a teoria realista das Relações Internacionais, através de autores como Hans Morgenthau e Kenneth Walt. A segunda seção discorre sobre a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001), onde, o maior objetivo de um Estado é garantir sua sobrevivência, e para isso ele deve garantir uma hegemonia (mesmo que a nível regional) com o objetivo de maximizar o seu poder perante seus adversários. Na terceira seção foi abordado as definições teóricas acerca das guerras por procuração, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Nesta seção os principais autores trabalhados foram Andrew Mumford (2013) e Tyrone Groh (2019).

O segundo capítulo deste trabalho monográfico discorre sobre a história das relações bilaterais de Arábia Saudita e Irã. Onde ambos os Estados durante o período anterior a Revolução Iraniana de 1979, mantinham relações amistosas e cooperativas, com ambos os

países fazendo parte da esfera de influência estadunidense na região. Apesar de ambos os países estarem na mesma esfera de influência, Arábia Saudita e Irã seguiam suas próprias linhas de política externa que podiam ser convergentes e divergentes, a exemplo do apoio de ambos as forças monarquistas durante a guerra civil do Iêmen do Norte de 1962 e as divergentes entre sauditas e iranianos sobre o embargo de petróleo a Israel após a Guerra dos Seis Dias.

Através da literatura bibliográfica é demonstrado que o ponto de ruptura entre os dois Estados se deu após a Revolução Iraniana de 1979. O Irã buscava exportar um modelo revolucionário xiita que ia contra o modelo político presente na Arábia Saudita. Apesar de um breve momento de reaproximação durante a década de 1990, com a eleição de Mahmoud Ahmadinejad a presidência do Irã em 2005, a rivalidade entre os dois países voltou a ter força.

Já o terceiro capítulo em sua primeira seção descreveu brevemente a formação do Estado do Iêmen e suas dinâmicas políticas. Na segunda seção foi descrito os acontecimentos que levaram a guerra civil e a atuação de Arábia Saudita e Irã no mesmo, e na terceira seção foi abordado como se da rivalidade saudí-iraniana no conflito. No mais pode-se concluir que ambos os países possuem pretensões hegemônicas na região do Oriente Médio, e que a região do Iêmen dada sua localização estratégica pode significar um enorme passo para o estabelecimento de uma hegemonia na região. Por fim, são apresentadas as conclusões.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO: REALISMO E NEORREALISMO ESTRUTURAL, MEARSHEIMER E HEGEMONIA, GUERRAS POR PROCURAÇÃO**

O primeiro capítulo busca discorrer sobre o referencial teórico. A primeira seção irá abordar sobre a teoria realista das relações internacionais. Já a segunda seção irá falar sobre o realismo ofensivo proposto por John Mearsheimer (2001) e sobre a definição teórica sobre hegemonia. A terceira seção irá falar sobre as guerras por procuração e suas definições teóricas.

### **1.1 REALISMO E NEORREALISMO ESTRUTURAL**

A área das Relações Internacionais surgiu inicialmente vinculada a outros campos do saber, a exemplo das ciências políticas, econômicas e do direito internacional. Durante o início do século XX, estudiosos buscaram transformar as relações internacionais em uma área do conhecimento com características teóricas próprias, para isso buscaram autores clássicos, a exemplo de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, para fundamentar o estudo das relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Diante disso, no período entre guerras, passou-se desenvolver a área acadêmica das Relações Internacionais. Em 1939 o teórico britânico Eric H. Carr publicou sua obra *Vinte anos de crise – 1919 – 1939*, a qual sintetizou o primeiro debate, entre os idealistas e os realistas, e apresentou os fundamentos para o desenvolvimento do pensamento realista (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O realismo clássico tem como seus principais pilares as leituras de Tucídides, a qual resulta no conceito de anarquia; leitura de Maquiavel, a qual resulta na visão da relativização da ética e da moral nas ações dos Estados e na leitura de Hobbes, onde tanto o Estado como a natureza humana são egoístas e individualistas com as decisões dos Estados sendo baseadas em suas obtenções de ganhos e poder (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; CASTRO, 2012).

No pós-Segunda Guerra Mundial, Hans Morgenthau organizou de maneira teórica o pensamento realista, por seis princípios básicos. A primeira premissa do autor parte da ideia de que a política internacional segue leis objetivas e que as ações no âmbito da política têm a mesma síntese da natureza humana primitiva, ou seja, tanto o Estado quanto o ser humano buscam sua sobrevivência (SARFATI, 2005).

O segundo princípio realista estabelece o estado-centrismo, com isso os Estados e suas dinâmicas junto de suas buscas por poder sendo o cerne presente no sistema internacional (SARFATI, 2005).

O terceiro princípio realista considera que a busca por poder sempre existiu nas civilizações e sempre existirá, diante disso, todo Estado tem como finalidade a busca por poder para garantir a sua sobrevivência. O quarto princípio proposto por Morgenthau fala sobre a separação da moral e da política. Partindo de uma ideia maquiavélica, a moral e a ética são usados meramente como instrumentos políticos no sistema internacional e podem ser relativizadas. Se for para garantir a sua sobrevivência e a manutenção do poder, um Estado tomará atitudes consideradas imorais (SARFATI, 2005).

O quinto princípio realista afirma que os princípios morais e/ou ideais de um Estado, a exemplo da luta entre o socialismo da União Soviética e o capitalismo dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, são apenas instrumentos políticos e alegorias usados pelos Estados, com isso, a política externa de um Estado não se baseia de *facto* em sua ideologia, mas sim nas relações de obtenção de ganhos e poder desse Estado. O sexto princípio de Morgenthau considera que o campo da política internacional é uma área autônoma, independente das áreas da economia internacional e direito internacional, diante disso, segundo Morgenthau, a tomada de decisões de um Estado no campo da política internacional independe de fatores econômicos e do direito (SARFATI, 2005).

Para os teóricos realistas o Estado está no centro das dinâmicas presentes no sistema internacional. Considera-se que todos os Estados têm os mesmos objetivos, quais sejam garantir a estabilidade interna e a segurança externa. Com isso, os Estados são unidades racionais com duplas funções: no plano interno, exercem a função de unidade centralizadora detentora do monopólio do uso da força; e no plano externo, devem garantir a sua sobrevivência no sistema anárquico (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; CASTRO, 2012).

Outra concepção presente no realismo é que o sistema internacional é anárquico e não homogêneo. A ideia de anarquia não significa necessariamente desordem e caos entre os países e organizações presentes no sistema, mas sim que não existe uma entidade absoluta e centralizadora que consiga reger todo o sistema. Com isso, devido à anarquia presente no sistema, cada Estado pautado em suas capacidades e poder bélico tem a oportunidade de exercer poder sobre os demais (CASTRO, 2012).

Para os realistas a busca pela sobrevivência por um Estado dentro deste sistema anárquico e incerto só é possível em um jogo de soma zero, ou seja, a segurança plena de um Estado só pode ser garantida através da falta de segurança e de poder de um Estado rival.

A sobrevivência no sistema é um ponto em comum nos interesses nacionais de cada Estado. Com isso, os Estados tendem a canalizar suas capacidades nacionais para garantirem sua sobrevivência através do acúmulo de poder. Os realistas tratam o poder como um ponto

central nas relações internacionais, o termo poder é definido como a soma das capacidades militares, econômicas e tecnológicas que um Estado detém. Entretanto, também pode-se definir o poder de um Estado através de seu poder relativo perante seus rivais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para contrapor o excesso de poder de um Estado dentro do sistema, existe o movimento denominado pelos realistas como balança de poder. Nesta dinâmica existe a tendência na formulação de alianças dentro do sistema internacional, visando à maximização do poder para um grupo de Estados, ou a contraposição contra um poder hegemônico, visando a um maior equilíbrio de poder dentro do sistema (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Diante disso, existe a probabilidade de Estados com baixa capacidade de poder se aliarem a uma grande potência, a fim de garantirem sua segurança, e existe a movimentação de Estados com baixa capacidade de poder em se aliarem a um estado com pretensões de poder, a fim de derrubarem a potência hegemônica vigente no sistema (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Apesar da existência de alianças entre os Estados dentro sistema anárquico, para os realistas um Estado só pode contar integralmente com suas capacidades para poder garantir a sua sobrevivência, perfazendo um sistema de autoajuda. Nesse sistema, os Estados são obrigados a garantirem a sobrevivência e a segurança de seus nacionais sem que seja necessário contar com a ajuda de outros Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O conceito de autoajuda não anula a existência de alianças dentro do sistema, porém, enfatiza que os tomadores de decisões devem se ater a possíveis rompimentos de tais alianças, com isso, um determinado Estado é o único responsável pela sua plena sobrevivência. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; CASTRO, 2012).

Durante a Guerra Fria, o teórico Kenneth Waltz passou a repensar o realismo a partir de influências positivistas e de estudos econômicos. O neorealismo estrutural, ou realismo estrutural, proposto por Waltz, surgiu a partir da obra *Theory of International Politics* (1979). O neorealismo estrutural difere de algumas premissas do realismo, a exemplo da ideia do estadocentrismo como único protagonista dentro do sistema internacional, enquanto no neorealismo o objeto de análise é o próprio sistema internacional (WALTZ, 1979).

Waltz propõe que, além do Estado, empresas multinacionais, organizações internacionais e organizações não governamentais também possuem papel de atuação dentro do sistema internacional. No realismo estrutural as ações dos Estados sob uma ótica de natureza hobbesiana defendidas por autores clássicos, passam a dar lugar a uma estruturação pautadas na racionalidade (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Com isso, no neorealismo de Waltz, as guerras não ocorrem através do individualismo e egoísmo de um Estado, e sim através da estrutura anárquica do sistema internacional, a qual condiciona os Estados a competirem entre si, podendo essa competição ser na ordem econômica, tecnológica ou através de guerras decididas racionalmente por tomadores de decisões de um determinado Estado. Para Waltz, a busca de poder e de ganhos de soma zero por parte de um Estado tem como objetivo a sobrevivência dele dentro do sistema internacional, através da garantia do *status quo* (NOGUEIRA; MESARI, 2005).

Diante disso, o principal objeto de análise no neorealismo é o sistema internacional e as suas estruturas, diferentemente do realismo pensado por Morgenthau, em que os principais objetos de estudo são os Estados e suas dinâmicas. Com isso, o neorealismo estrutural de Waltz se caracteriza como uma teoria sistêmica, enquanto o realismo moderno de Morgenthau se constitui através de uma abordagem reducionista, pois o objeto de estudo no realismo moderno são os Estados, e o sistema internacional seria apenas um produto resultante das interações entre os Estados (NOGUEIRA; MESARI, 2005).

## 1.2 MEARSHEIMER: REALISMO OFENSIVO E HEGEMONIA

No início do século XXI, o teórico das relações internacionais John Mearsheimer (2001) propôs um novo debate sobre o realismo estrutural através de sua obra *Tragedy of Great Power Politics* (2001). Através desse debate, surgiu o neorealismo ofensivo, ou simplesmente realismo ofensivo.

Inicialmente em sua obra, Mearsheimer contesta o sentimento de otimismo que se seguiu presente no campo das relações internacionais após o fim da Guerra Fria, quando autores como Francis Fukuyama – autor da obra *The End of History and the Last Man* (1992) – propuseram a ideia de que com o fim dessa guerra e, conseqüentemente, a vitória das democracias liberais, a sociedade internacional passaria por um momento de paz eterna, através de uma ampla rede de cooperação presente na sociedade global que geraria uma maior interdependência entre os Estados, o que acabaria por evitar o recorrência de conflitos no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001).

Entretanto, Mearsheimer discorda dessa perspectiva pacifista. O autor pontua que, durante a Guerra Fria, com o mundo sob a divisão bipolar, duas grandes potências – Estados Unidos e União Soviética – buscavam alargar e fortalecer seus campos hegemônicos pelo globo. Já na década de 1990, o mundo não se transformou em um sistema unipolar com uma hegemonia global absoluta estadunidense, e o que se observou foi o estabelecimento de uma

divisão sistêmica multipolar com diversos poderes latentes constituídos através de potências regionais que passaram a disputar o espaço hegemônico de uma determinada região. A exemplo de Arabia Saudita e Irã, que buscam uma hegemonia regional no Oriente Médio (MEARSHEIMER, 2001).

Diante disso, Mearsheimer (2001) considera que a divisão sistêmica multipolar é mais propensa a ser belicosa e anárquica do que a divisão bipolar.

Eu defendo que os sistemas multipolares são mais propensos à guerra do que os sistemas bipolares, e que os sistemas multipolares que contêm Estados especialmente poderosos - potenciais hegemônicos – são os sistemas mais perigosos de todos (MEARSHEIMER, 2001, p. 5, tradução nossa).<sup>2</sup>

Mearsheimer ainda contesta a ideia de que a expansão do modelo de democracia ocidental, cuja premissa é que os Estados democráticos sempre resolvem suas disputas pacificamente, iria cessar os conflitos no sistema internacional, pois segundo a linha de pensamento ofensiva do realismo, um Estado sempre vai buscar a maximização de seu poder. Com isso, um Estado sempre vai buscar o estabelecimento de uma hegemonia se ele tiver a oportunidade para isso, independentemente se o Estado for uma democracia ou um governo autoritário.

A afirmação de que as grandes potências se comportam agressivamente por causa da perniciosa política interna é difícil de sustentar, porque todos os tipos de estados com tipos muito diferentes de sistemas políticos adotaram políticas militares ofensivas. Não é mesmo o caso de haver pelo menos um tipo de sistema político ou cultura, incluindo democracias [...] (MEARSHEIMER, 2001, p. 210. tradução nossa).<sup>3</sup>

O neorealismo ofensivo, assim como as demais vertentes do realismo, considera que o sistema internacional é anárquico e hostil, assim condicionando os Estados a se preparem para conflitos. Outra semelhança entre a teoria de Mearsheimer com as demais vertentes do realismo é que o principal objetivo de um Estado é a sua sobrevivência, e segundo o autor a melhor forma de garantir essa sobrevivência é por meio do estabelecimento de uma hegemonia (MEARSHEIMER, 2001).

Para os neorealistas ofensivos, o poderio militar é a base mais importante para um Estado, pois assim este pode estabelecer-se e se sustentar como uma potência hegemônica. A

---

<sup>2</sup> No original: “I argue that multipolar systems are more war-prone than are bipolar systems, and that multipolar systems that contain especially powerful states-potential hegemonies-are the most dangerous systems of all.”

<sup>3</sup> No original: *Furthermore, the claim that great powers behave aggressively because of pernicious domestic politics is hard to sustain, because all kinds of states with very different kinds of political systems have adopted offensive military policies. It is not even the case that there is at least one type of political system or culture - including democracy - [...]*

capacidade de poder de um Estado está ligada ao seu respectivo poder material, principalmente no que tange a sua capacidade econômica e militar. Quanto mais poder um Estado detiver, maior será a sua capacidade em estabelecer uma hegemonia. Diante disso, para estabelecer uma hegemonia, um Estado necessita de poder (MEARSHEIMER, 2001).

Ao conceber o neorealismo ofensivo, Mearsheimer (2001) estabelece cinco hipóteses para explicar a necessidade de os Estados buscarem constantemente o poder. A primeira hipótese é a premissa clássica presente no realismo, pela qual se considera que o sistema internacional é anárquico, sem nenhum poder central regularizador sobre os Estados. A segunda hipótese é que as grandes potências possuem um grande poder militar ofensivo, e com isso sempre existe a busca por parte de um Estado em acumular mais poder ofensivo que seus rivais.

A terceira hipótese parte da ideia da desconfiança mútua entre os Estados, principalmente entre os Estados que se configuram como potências, ou seja, um Estado nunca está certo sobre as intenções de outros Estados, mesmo aqueles que sejam seus aliados (MEARSHEIMER, 2001).

A quarta hipótese, outra premissa clássica do realismo, é a ideia da sobrevivência como objetivo máximo de um Estado, com isso, os Estados buscam acumular cada vez mais poder, para assim poderem garantir sua integridade política, interna e territorial. E a quinta hipótese apresentada por Mearsheimer (2001) considera que os Estados são sujeitos racionais, e a busca por poder está ligada a oportunidades de ganhos.

Ademais, Mearsheimer (2001) afirma que essas hipóteses não obrigam os Estados a serem agressivos e ofensivos dentro do sistema internacional, entretanto, uma combinação destas hipóteses, condiciona os Estados, principalmente potências candidatas a uma posição hegemônica, a serem belicosos e ofensivos.

Segundo Mearsheimer (2001), a possibilidade de uma potência hegemônica defender a manutenção do *status quo* no sistema internacional é nula ou quase inexistente, pois os Estados estão sempre inclinados a adquirirem um poder absoluto perante seus oponentes. Com isso, o sistema internacional por ser anárquico e descentralizado gera um sentimento de desconfiança mútua entre os Estados, assim levando-os a uma constante competição por poder, pois através da conquista do poder e do estabelecimento de uma hegemonia, um Estado pode garantir sua plena estabilidade e sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001).

Diante disso, segundo o neorealismo ofensivo, os Estados, notavelmente as grandes potências, possuem uma retórica e uma forma de agir predominantemente ofensiva, pois possuem enormes capacidades militares junto de uma desconfiança na estabilidade do sistema internacional. Os Estados que não possuem tendências ofensivas também buscam a

maximização de suas capacidades militares, a fim de poderem se defender de possíveis agressões externas (MEARSHEIMER, 2001).

Outro aspecto presente no realismo ofensivo é o “dilema da segurança”, baseado na ideia de que, para garantir a própria segurança, um Estado deve maximizar seu ganho de poder e, conseqüentemente, diminuir a segurança de outros Estados, ou seja, para um Estado garantir sua própria segurança existe uma grande probabilidade de ele ameaçar a segurança de outro Estado, assim tornando a busca por segurança uma tarefa cíclica (MEARSHEIMER, 2001).

No sistema político internacional é comum potências globais e/ou regionais buscarem o estabelecimento de uma hegemonia no sistema internacional ou em uma região específica. Segundo Schmidt (2018), entende-se por hegemonia a capacidade de um ator global ou regional em exercer um papel de dominação ou liderança no sistema internacional e/ou em uma região específica, podendo exercer essa capacidade hegemônica de forma coerciva, através do uso da força, ou de maneira consensual.

Hegemonia vem da palavra grega *hēgemonía*, que significa liderança e governo. Nas relações internacionais, hegemonia se refere à capacidade de um ator com capacidade avassaladora de moldar o sistema internacional por meios coercitivos e não coercitivos (NORRLOF, 2015, apud SCHMIDT, 2018, p. 3. tradução nossa)<sup>4</sup>

Com isso, segundo a linha ofensiva do realismo, o estabelecimento de uma hegemonia é o ápice de poder que um Estado pode possuir, de modo que o maior objetivo de um Estado seria o estabelecimento de uma hegemonia global, entretanto, o autor também destaca a dificuldade e a impossibilidade de um Estado estabelecer uma hegemonia global, diante disso, os Estados usualmente buscam o estabelecimento de hegemonias regionais (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer (2001) define hegemonia como sendo a capacidade de um Estado em exercer uma dominação no sistema internacional como um todo, porém, o teórico afirma que a hegemonia pode ser exercida de maneira parcial em regiões específicas do globo, a exemplo de regiões como Europa, Sudeste Asiático, Oriente Médio etc. Com isso, mesmo que um Estado não seja uma potência em nível global, poderia exercer um poder hegemônico em nível regional. Mearsheimer (2001) exemplifica essa relação de dominação parcial usando como *case* a dominação estadunidense no hemisfério ocidental.

Os Estados Unidos têm sido uma hegemonia regional no Hemisfério Ocidental pelo menos nos últimos cem anos. Nenhum outro estado nas

---

<sup>4</sup> No original: “*Hegemony comes from the Greek word hēgemonía, which means leadership and rule. In international relations, hegemony refers to the ability of an actor with overwhelming capability to shape the international system through both coercive and noncoercive means*”

Américas tem poder militar suficiente para desafiá-lo, razão pela qual os Estados Unidos são amplamente reconhecidos como a única grande potência em sua região (MEARSHEIMER, 2001, p. 40. tradução nossa).<sup>5</sup>

O Estado que possui as capacidades de exercer uma hegemonia global pode ser denominado como *hegemon*. O *hegemon* seria um Estado tão poderoso que os demais Estados do sistema seriam incapazes de competirem contra ele militarmente, diante disso, o *hegemon* seria a única superpotência presente no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001).

Entretanto, Mearsheimer (2001) considera que *de facto* nunca existiu um *hegemon* global, mas sim Estados com uma enorme capacidade de poderio militar exercendo hegemonia sobre regiões específicas do globo, a exemplo do Império Britânico de meados do século XIX e início do século XX, o qual exercia uma hegemonia sobre a Índia e regiões da África, porém, não exercia uma hegemonia na Europa, pois contava com as presenças da França e da Alemanha.

As maneiras tradicionais de como uma potência pode exercer sua hegemonia sobre outro Estado são através do medo e/ou coerção e através do uso da força. Mearsheimer (2001) considera que ao ser ameaçado por uma potência, um Estado busca se armar ou se aliar a outros Estados, assim podendo ocorrer uma escalada nas tensões e/ou uma corrida armamentista.

Mesmo que o uso do poder militar de maneira ofensiva seja uma ferramenta utilizada pelas potências para conquistarem sua hegemonia, não significa necessariamente que os Estados entrem em guerra a todo momento. Por serem atores racionais, os Estados somente buscam a agressão em última instância ou quando a obtenção de ganhos sobre um conflito supere as possíveis perdas. É muito perigoso para um Estado iniciar uma agressão de maneira irracional, pois esta agressão pode vir a reordenar toda a balança de poder presente no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001).

### 1.3 GUERRAS POR PROCURAÇÃO.

Uma das formas que as grandes potências utilizam para exercer seu poder hegemônico é por meio das guerras por procuração (*proxy wars*), as quais se caracterizam como um conflito armado em que existe a interferência indireta de terceiros, notadamente grandes potências, em uma ou mais partes beligerantes presentes no conflito. Essa interferência visa ganhos

---

<sup>5</sup> No original: *The United States has been a regional hegemon in the Western Hemisphere for at least the past one hundred years. No other state in the Americas has sufficient military might to challenge it, which is why the United States is widely recognized as the only great power in its region.*

estratégicos por parte do benfeitor – ator interventor estatal ou não estatal – em cima do conflito sem que seja necessária sua intervenção direta no mesmo, assim maximizando os ganhos e reduzindo os riscos e perdas do ator interventor (MUMFORD, 2013).

Karl Deutsch (1964 apud MUMFORD, 2013. p.13) define as guerras por procuração como um conflito em que há a participação indireta de potências externas mediante um determinado interesse.

Um conflito internacional entre duas potências estrangeiras, travado no solo de um terceiro país; disfarçado de conflito por uma questão interna daquele país; e usar parte da mão de obra, recursos e território desse país como meio para alcançar objetivos e estratégias preponderantemente estrangeiras (DEUSTCH, 1964 apud MUMFORD, 2013 p.13. tradução nossa).<sup>6</sup>

Segundo Groh (2019), pode-se subentender a intervenção indireta de um Estado sobre um outro por duas maneiras: a assistência doada e/ou a guerra por procuração. Na assistência doada o Estado interventor não tem interesse especificamente no Estado em conflito e em sua política, mas sim em possíveis oportunidades que o conflito vigente pode ocasionar.

No tipo de intervenção de assistência doada, a assistência se dá basicamente através da doação de recursos financeiros, transferências de armamentos e alguma assistência diplomática em menor grau. Segundo Groh (2019, p.28. tradução nossa) “a assistência doada descreve o ato de ajudar um ator nativo envolvido em um conflito civil sem compromisso, sem a intenção ou necessidade de controlar as ações do procurador”.<sup>7</sup>

Um exemplo a ser citado é o apoio material que os Estados Unidos deram para os *mujahedeen* durante a invasão soviética no Afeganistão (1979 – 1989). Os Estados Unidos não possuíam expressamente um interesse político no Afeganistão, mas possuíam um interesse no desgaste ou até mesmo na derrota soviética no país. Diante disso, os Estados Unidos apoiaram os *mujahedeen* com transferências de armamentos com o objetivo de minar a presença soviética na região, porém, sem o interesse de estabelecer um governo local favorável após a retirada soviética (GROH, 2019).

As guerras por procuração detêm expressamente um objetivo político dentro do conflito, podendo ser do interesse do Estado interventor que um determinado grupo ganhe o conflito ou que ascenda ao governo do Estado beneficiado. Deve-se observar que a vitória nem sempre é o objetivo de um Estado em uma intervenção indireta, o objetivo pode ser enfraquecer um Estado

---

<sup>6</sup> No original: “An international conflict between two foreign powers, fought out on the soil of a third country; disguised as a conflict over an internal issue of that country; and using some of that country’s manpower, resources and territory as a means for achieving preponderantly foreign goals and foreign strategies.”

<sup>7</sup> No original: “Donated assistance describes the act of aiding an indigenous actor engaged in a civil conflict without strings attached— without the intent or need to control the proxy’s actions.”

rival, sem que seja preciso que o Estado e/ou grupo beneficiado pelo interventor vença o conflito (GROH, 2019).

Pode-se observar que existe certo grau de hierarquia entre o Estado interventor e o Estado beneficiado, apesar do Estado interventor não estar envolvido diretamente com suas forças dentro do conflito, é corriqueiro que o interventor coordene as movimentações das forças do Estado e/ou do grupo beneficiado (MUMFORD, 2013; GROH, 2019).

Segundo Groh (2019), uma guerra de procuração pode ser categorizada em quatro tipos, que variam de acordo com a intensidade e objetivos da potência interventora. Os tipos de guerra por procuração segundo Groh (2019) são: *nele para ganhá-lo*; *segurando a ação*; *intromissão*; *alimentando o caos*.

A intervenção do tipo *nele para ganhá-lo* é caracterizada pela grande importância que o Estado interventor dá para o conflito, junto da necessidade de uma intervenção indireta no mesmo, pois pode existir um senso de urgência para o Estado interventor, considerando que um resultado adverso em um conflito intraestatal no Estado procurador pode impactar diretamente na segurança do Estado interventor. Nessa categoria de intervenção, o Estado interventor assume o compromisso de fazer com que seu procurador vença o conflito.

Na categoria *segurando a ação* o objetivo principal do Estado interventor é minimizar os danos e possíveis escaladas que o conflito pode ocasionar em outros países da região, ou até mesmo no próprio país interventor, o desfecho final do conflito seria apenas um objetivo secundário. Groh (2019) utiliza como exemplo a intervenção da África do Sul na guerra civil angolana, através do apoio material-financeiro para a facção União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), quando o objetivo primário dos sul-africanos não era a vitória e estabelecimento da UNITA no governo de Angola, mas sim combater o expansionismo revolucionário comunista para outros países da região, especialmente a Namíbia, a qual faz fronteira direta com a África do Sul.

A intervenção do tipo *intromissão* é dada quando o Estado interventor tem uma expectativa baixa em relação ao conflito e ao Estado procurador, assim consequentemente havendo pouco compromisso com o conflito. Ademais na intervenção tipo intromissão, o conflito não afeta a segurança e nem os interesses nacionais do Estado interventor, com isso a intervenção indireta nesse contexto se dá quando existe a possibilidade de o Estado interventor obter ganhos com o conflito com poucos custos. Em caso de escalada ou falta de ganhos, o Estado interventor pode retirar o seu apoio ao Estado e/ou grupo beneficiado (GROH, 2019).

Na categoria *alimentando o caos*, o objetivo do Estado interventor é prolongar ao máximo o conflito infligindo grandes prejuízos para o lado oposto do conflito junto a prejuízos

a possíveis outros Estados que também estejam intervindo no conflito. Existe a possibilidade de o Estado interventor não querer de facto que seu procurador vença o conflito, pois nesse contexto o mais vantajoso para o interventor é a manutenção do conflito. Um exemplo a ser considerado é o apoio estadunidense a grupos rebeldes beligerantes na atual guerra civil síria, não é de interesse estadunidense o fim do conflito e uma tomada do poder por seus procuradores, mas sim a perpetuação do conflito para assim poder desgastar aliados do governo sírio, a exemplo do Irã e da Rússia (GROH, 2019).

Diante disso, as potências passaram a se utilizar de intervenções em outros Estados para não causarem um conflito direto que desestabilizasse o sistema. No pré-Segunda Guerra, Alemanha e União Soviética travaram uma guerra de procuração dentro da guerra civil espanhol, com os alemães apoiando as forças de Francisco Franco e os soviéticos apoiando as forças leais republicanas, posteriormente os alemães passaram a intervir de maneira direta no conflito. Mesmo que já tenha havido uma ocorrência de guerras por procuração desde tempos antigos, a concepção teórica das guerras por procuração ganhou suas configurações no pós-Segunda Guerra Mundial, com o início da Guerra Fria (MUMFORD, 2013).

Com o estabelecimento do sistema bipolar durante a Guerra Fria, onde o sistema internacional se dividiu entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e pelo bloco socialista liderado pela União Soviética, as grandes potências necessitaram repensar sua forma de atuação para conquistarem novas zonas de influência e para manterem as já estabelecidas.

Ademais, a dissuasão nuclear existente tanto por parte dos Estados Unidos quanto pela União Soviética, a ameaça nuclear desencorajava intervenções diretas por parte de ambas as superpotências, a fim de evitar uma escalada militar (MUMFORD, 2013); (GROH, 2019). Para evitar uma possível escalada militar entre as duas superpotências dominantes no sistema bipolar – Estados Unidos e União Soviética – as guerras por procuração se intensificaram durante o período da Guerra Fria.

Diante disso, segundo Groh (2019), o período de maior incidência de guerras por procuração foi com a ordem bipolar, por causa do registro de maior incidência de guerras civis e conflitos armados com maior duração de tempo. Isso se deve em parte pelas grandes capacidades materiais e poder político das duas superpotências vigentes, em que ambas se utilizavam de amplos recursos para influenciar Estados periféricos, através de golpes de Estado e guerras civis (GROH, 2019).

Entretanto, a intervenção através de guerras por procuração não foi algo exclusivo das superpotências do sistema bipolar, a exemplo das intervenções da África do Sul durante a guerra

civil angolana, feitas através de um amplo apoio político e material sul-africano para a facção União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Com o fim da União Soviética e respectivamente o fim da Guerra Fria em 1991, a expectativa de especialistas políticos era de que o sistema internacional passasse a ser unipolar, com os Estados Unidos sendo a única superpotência hegemônica. A priori especialistas imaginaram que haveria uma diminuição de guerras por procuração, pois se acreditava que o sistema passaria a ser uma ordem unipolar sob a égide estadunidense. Entretanto, o que se observou foi o estabelecimento de uma ordem *quase unipolar*, com os Estados Unidos sendo o *hegemon* nessa ordem (GROH, 2019).

Enquanto na ordem unipolar o Estado *hegemon* detém poder absoluto dentro do sistema, na ordem *quase unipolar*, observa-se certo declínio do poder relativo do *hegemon*. Apesar do *hegemon* ter a capacidade de intervir em qualquer lugar do globo para assim poder garantir seus interesses, ele não busca utilizar sempre destas intervenções diretas em todas as regiões do globo, pois o Estado *hegemon* busca evitar gastos excessivos e um desgaste político, sendo as intervenções feitas somente quando a segurança e a sobrevivência do *hegemon* possam ser ameaçadas.

O declínio da capacidade relativa do *hegemon* em comparação com outros possíveis desafiantes da ordem unipolar deve criar incentivos para evitar a intervenção direta em áreas que não sugerem claramente uma ameaça direta à segurança do *hegemon* (GROH, 2019, p. 52).<sup>8</sup>

A falta de ação do *hegemon* em determinados conflitos em determinadas regiões cria incentivos para o fortalecimento de potências regionais.

As potências regionais sentem maior flexibilidade para intervir e expandir suas esferas de influência. outros estados que procuram romper ou desfazer o sistema hegemônico (conhecidos como estados revisionistas na literatura de relações internacionais) buscarão oportunidades para expandir sua capacidade relativa e melhorar sua posição no sistema internacional. (GROH, 2019, p.52)<sup>9</sup>

Para manter seu *status* de influência sem a necessidade de perder prestígio com intervenções diretas, o Estado *hegemon* do sistema irá intervir em conflitos através de guerras por procuração, se assim for necessário. Entretanto, potências regionais também utilizam das

---

<sup>8</sup> No original: *The waning of the hegemon's relative capability in comparison to other would-be challengers of the unipolar order should create incentives to avoid direct intervention in areas that do not clearly suggest a direct threat to the hegemon's security.*

<sup>9</sup> No original: *Regional powers sense a greater flexibility to intervene and expand their spheres of influence. Other states seeking to disrupt or unmake the hegemon's system (known as revisionist states in the international relations literature) will seek opportunities to expand their relative capability and improve their lot in the international system.*

guerras por procuração para poderem se fortalecerem e até mesmo conquistarem uma hegemonia em nível regional (GROH, 2019).

Entretanto, outras literaturas discordam do estabelecimento de uma ordem quase unipolar, pois os mesmos consideram que mesmo com os Estados Unidos tendo a maior capacidade militar do globo, junto de uma enorme capacidade material militar e financeira para poder intervir em qualquer região do globo, a ordem do sistema internacional no século XXI vem se caracterizando como sendo multipolar, através da existência de diversos poderes latentes constituídos por potências regionais (RONDEAUX; STERMAN, 2019).

Uma maior intensidade da ocorrência de guerras por procuração se deu no contexto das instabilidades políticas ocorridas em decorrência das manifestações da Primavera Árabe. Houve a incidência de intervenções estrangeiras indiretas na Líbia em 2011 ao qual evoluiu para uma intervenção direta através de ataques aéreos), e em intervenções na Síria e no Iêmen (RONDEAUX; STERMAN, 2019).

No caso iemenita, o país localizado no sul da península arábica se tornou palco de disputas entre sauditas e iranianos. Os sauditas apoiam governo legítimo do país, enquanto os iranianos apoiam a facção houthi no conflito, a qual atualmente (2022) governa de *facto* consideráveis territórios ao norte do país, incluindo a capital Saná (RONDEAUX; STERMAN, 2019). A guerra civil iemenita e sua contextualização histórica será melhor abordada posteriormente no terceiro capítulo.

## 2. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS IRANIANO E SAUDITA E O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES SAUDI-IRANIANAS

O segundo capítulo busca contextualizar a formação dos Estados do Irã e da Arabia Saudita e descrever as relações entre os dois Estados desde suas respectivas formações, passando pela cordialidade durante durante a dinastia Pahlavi até o ponto de ruptura com a Revolução Iraniana de 1979.

A primeira seção aborda de que maneira se deu a construção dos Estados modernos da Arabia Saudita e Irã, e como se caracterizou as relações entre os dois Estados. A segunda seção discorre sobre a ruptura entre os dois Estados devido à Revolução Islâmica no Irã de 1979, as relações do estado saudita e iraniano durante a Guerra Irã-Iraque e relativo apaziguamento durante a década de 1990

### 2.1 DA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS À REVOLUÇÃO ISLÂMICA (DO ENTREGUERRAS A 1979)

O Irã é um país com heranças culturais milenares localizado entre o Oriente Médio e a Asia Central. O território iraniano é banhado a oeste pelo Golfo Pérsico, possui uma localização estratégica no Estreito de Ormuz, e o Estado iraniano é o herdeiro direto da milenar civilização persa (MCLEAN, 2001).

Figura 1: Localização do Irã no Oriente Médio e na Ásia central.



Fonte: Shutterstock, 2022.

Já a Arábia Saudita está localizada no centro da Península Arábica, sendo rodeada pelo Golfo Pérsico a leste e a oeste pelo Mar Vermelho, o país é um grande produtor de petróleo e gás natural, além de desempenhar um papel de liderança dentro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e no mundo árabe/islâmico (MCLEAN, 2001). Segundo McLean (2001), a Arabia Saudita tem uma legitimidade especial na região, pois possui em seu território locais sagrados para a fé islâmica.

A Arábia Saudita ocupa um lugar especial na política regional e muçulmana. Por centenas de anos, muçulmanos de todo o mundo fizeram o hajj nos dois locais mais sagrados do Islã localizados na Arábia Saudita, trazendo milhões de peregrinos estrangeiros temporariamente para o reino todos os anos (MCLEAN, 2001, p. 12. tradução nossa).<sup>10</sup>

Figura 2: Mapa mostrando a localização da Arábia Saudita no Oriente Médio.



Fonte: Mahfouz, 2013

---

<sup>10</sup> No original: *Saudi Arabia occupies a special place in regional and Muslim politics. For hundreds of years Muslims from the world have made the hajj to Islam's two holiest sites located in Saudi Arabia, bringing millions of foreign pilgrims temporarily into the kingdom every year.*

A respeito sobre as relações bilaterais entre os dois Estados, o primeiro contato entre os líderes se deu em 1925, quando Ibn Al Saud, chefe da casa de Saud, enviou uma correspondência a Reza Pahlavi o parabenizando pela ascensão ao trono persa. Entretanto, os dois Estados ainda não mantinham relações formais, pois o governo iraniano ainda não reconhecia oficialmente Ibn Al Saud como governante de Nejéde e de Hejaz (KEYNOUSH, 2016).

Em 1927, Ibn Al Saud ficou descontente com a relutância do governo iraniano em reconhecê-lo formalmente como governante dos reinos do Nejéde e de Hejaz. Diante disso, ele solicitou a troca do cônsul iraniano na cidade de Jidá, Mohammad Ali Moghadam, o qual foi acusado por Al Saud de ter tendências comunistas. Por sua vez, os iranianos se mostravam relutantes em reconhecer o Estado árabe por causa da dificuldade das forças de Ibn Al Saud em combater os rebeldes *ikhwan*, os quais vinham atacando peregrinos iranianos xiitas durante a procissão até Meca desde 1926 (KEYNOUSH, 2016).

Diante disso, em 1928, Ibn Al Saud contactou Reza Pahlavi, oferecendo uma aliança militar mútua, visando combater os rebeldes *Ikhwan*<sup>11</sup>. Entretanto, Reza Pahlavi recusou a aliança e exigiu que Al Saud garantisse a segurança e a liberdade religiosa dos peregrinos xiitas.

[...] condições persas adicionais para um tratado, incluindo o reparo de santuários e cemitérios demolidos em Meca e Medina; garantias de liberdades religiosas xiitas, inclusive nas áreas dominadas por xiitas em Qatif e Hasa; julgamento por oficiais persas sobre crimes cometidos por peregrinos persas; rebaixando a punição de cortar as mãos e decapitação para peregrinos residentes em Hejaz e considerados culpados de crimes para punições menores; e entrega de pertences de peregrinos mortos a oficiais persas (KEYNOUSH, 2016 p. 54. tradução nossa).<sup>12</sup>

Entretanto, Ibn Al Saud se mostrou relutante sobre as condições iranianas, afirmando que só poderiam ser discutidas se seu governo fosse reconhecido pelos iranianos.

As negociações continuaram até que, em 13 de agosto de 1929, o Irã reconheceu formalmente o Reino do Nejéde e do Hejaz e Ibn Al Saud como soberano desses reinos. Em seguida, foi celebrado um tratado de amizade entre os dois Estados, que além desse

<sup>11</sup> *Ikhwan*, traduzido do árabe como “irmãos”, foi uma irmandade religiosa sunita com características paramilitares instituída por Ibn Al Saud em 1918. O grupo foi o pilar central do exército de Al Saud durante as guerras que levaram à formação do Estado saudita. Entretanto, o grupo tornou-se rebelde, traindo Al Saud em 1926 após o líder saudita trazer modernizações como telefones, telégrafos e automóveis para a região (BRITANNICA, 2022b).

<sup>12</sup> No original: “[...] additional Persian conditions for a treaty, including the repair of demolished shrines and burial sites in Makkah and Madinah; guarantees of Shi’i religious freedoms including in the Shi’i dominated areas in Qatif and Hasa; judgment by Persian officers over crimes committed by Persian pilgrims; downgrading the punishment of cutting off hands and beheading for pilgrims residing in Hijaz and found guilty of crimes to lesser punishments; and delivery of dead pilgrims’ belongings to Persian officers.”

reconhecimento, também reconhecia Ibn Al Saud como administrador público do *Hajj*<sup>13</sup> e reiterava o compromisso de Al Saud em assegurar o direito dos peregrinos persas xiitas em realizar o *Hajj* em segurança. O tratado de amizade também serviu para estabelecer as primeiras relações comerciais formais entre os Estados (KEYNOUSH, 2016).

As relações entre os dois países se mantiveram cordiais nos anos subsequentes, com os iranianos construindo, em 1930, uma embaixada na cidade de Jidá e um consulado na região de Nejéde. Em 1932, o príncipe saudita Faisal bin Abdulaziz Al Saud, exercendo a função de ministro das relações exteriores do governo saudita, passou pelo território iraniano ao voltar de uma viagem diplomática à Rússia Soviética. No território iraniano, o príncipe Faisal foi recebido cordialmente por Reza Shah com honras de Estado (KEYNOUSH, 2016).

Durante o período que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, Irã e Arábia Saudita tomaram rumos diferentes em suas respectivas políticas externas (KEYNOUSH, 2016). O petróleo sempre foi um fator determinante nas políticas internas e externas de Arabia Saudita e Irã. O primeiro poço de extração petrolífera do Irã foi perfurado em 1908, sob a administração da companhia britânica *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) – a qual posteriormente passou a se chamar *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC) (HIRO, 2018).

Com a tomada do poder por Reza Khan, o acordo de concessão com os britânicos, que anteriormente era exploratório para os iranianos, foi renegociado em favorecimento dos últimos, pois era de interesse da Inglaterra a manutenção do monopólio sobre o petróleo iraniano.

O sucesso da Grã-Bretanha na extração de petróleo no Irã despertou o interesse e a inveja da União Soviética e dos Estados Unidos. A *Oil Company* de Nova Jersey (agora Exxon) em 1920-1921 e pela *Sinclair Oil* em 1923 para garantir concessões de petróleo no norte falharam. Os britânicos queriam manter os americanos fora, assim como os soviéticos (HIRO, 2018, p. 23. tradução nossa).<sup>14</sup>

Já na Arábia Saudita a exploração de petróleo se deu através de empresas estadunidenses. A primeira licitação petrolífera em território saudita ocorreu em fevereiro de 1933. Os britânicos por não acreditavam na prospecção de petróleo na região, e por isso não se empenharam muito na licitação, a qual foi vencida pela *Standard Oil of California* (SOCAL).

<sup>13</sup> *Hajj* é termo árabe que define a peregrinação à cidade de Meca, sagrada para a fé muçumana (BRITANNICA, 2022c).

<sup>14</sup> No original: “*Britain’s success in striking oil in Iran aroused the interest and envy of the Soviet Union and the United States. To the disappointment of their petroleum corporations, by then the oil concessions were available only in the five Northern provinces of Iran. The attempts by the Standard Oil Company of New Jersey (now Exxon) in 1920–1921 and by Sinclair Oil in 1923 to secure petroleum concessions in the north failed. The British were keen to keep the Americans out, as were the Soviets.*”

Devido ao sucesso de pesquisas de prospecção de petróleo na região, foi criada a *California Arabian Standard Oil Company* (CASOC) como uma subsidiária da SOCAL. A CASOC teve metade de seus ativos comprados pela *TEXACO*, após a constatação de enormes quantidades de petróleo na região (HIRO, 2018).

O sucesso de companhias petrolíferas estadunidense na Península Arábica fez com que o governo dos Estados Unidos iniciasse oficialmente relações diplomáticas com o Reino da Arabia Saudita (DIRO, 2018). Com isso, devido à importância do petróleo saudita para os americanos, o reino passou a fazer parte da esfera de influência estadunidense e recebeu ajudas econômicas durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial. O governo Roosevelt considerava a Arábia Saudita como sendo estratégica para os interesses estadunidenses. "Eu acho que a defesa da Arábia Saudita é vital para a defesa dos Estados Unidos" (ROOSEVELT, 1943 apud HIRO, 2018, p. 25, tradução nossa).<sup>15</sup>

Durante o período que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, Irã e Arabia saudita tomaram rumos distintos em suas respectivas políticas externas (KEYNOUSH, 2016). Apesar de se declararem neutros no começo do conflito, a Arábia Saudita se posicionou majoritariamente do lado estadunidense, enquanto o Irã continuou sob o monopólio das petrolíferas britânicas (HIRO, 2018).

Com o intuito de se desvencilhar do monopólio britânico, em 1938, Reza Pahlavi abriu uma nova licitação para a exploração petrolífera no Irã, convidando companhias estadunidenses, entretanto, elas declinaram, a fim de evitar protestos políticos por parte da Inglaterra. A falta de consenso sobre a distribuição dos lucros da exploração petrolífera entre iranianos e britânicos acarretou um rombo financeiro para os cofres públicos do governo do xá (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Neste mesmo período o governo alemão se mostrou disposto a comprar o petróleo iraniano e a investir no país. Em 1941, houve recusa de Reza Pahlavi em aceitar o pedido dos britânicos em expulsar técnicos, engenheiros e comerciantes alemães do território iraniano, pois o governo iraniano via com bons olhos a aproximação técnica-comercial alemã. Essa atitude criou um descontentamento e uma desconfiança dos aliados sobre o governante iraniano (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Diante disso, em 25 de agosto de 1941, o Irã foi invadido e ocupado ao norte por forças soviéticas e ao sul por tropas britânicas. O xá Reza Pahlavi foi deposto, e o seu filho Mohammad Reza Pahlavi foi coroado como o novo xá do Irã. Durante o período da Segunda Guerra

---

<sup>15</sup> No original: "I hereby find the defense of Saudi Arabia is vital to the defense of the United States."

Mundial, houve um relativo distanciamento entre o Estado saudita e o Estado iraniano (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Irã e Arábia Saudita voltaram a ter relações amistosas no pós-Segunda Guerra, pois ambos os países entraram em definitivo na zona de influência estadunidense. O Irã passou a contar com os Estados Unidos como principal aliado, após a *Central Intelligence Agency* (CIA) reconduzir o xá Mohammad Reza Pahlavi ao trono iraniano em 1953, após três dias de deposição do monarca iraniano (HIRO, 2018):

[...] a restauração do xá inaugurou um período na história do Irã quando os EUA substituíram a Grã-Bretanha como a potência dominante ocidental. Entre agosto de 1953 e dezembro de 1956, Washington forneceu ao Irã ajuda militar e econômica no valor de US\$ 414 milhões (HIRO, 2018. p. 31. tradução nossa)<sup>16</sup>

Apesar de ambos os países estarem na mesma zona de influência e manterem relações cordiais, existia um sentimento de desconfiança mútuo, principalmente dos sauditas em relação aos iranianos. Isso se deu em partes através das negociações que levaram à criação do Pacto de Bagdá<sup>17</sup> em 1955, o qual consistia em uma aliança militar fortemente encorajada pelos Estados Unidos, constituída por Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. A aliança visava barrar um possível expansionismo soviético e o nacionalismo propagado pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser (KEYNOUSH, 2016).

Entretanto, a Arábia Saudita não viu com bons olhos o fortalecimento das relações de Irã e Iraque, considerando essa aproximação entre os dois estados como perigosa para o equilíbrio de poder da região. O Estado saudita também se mostrou descontente com as interferências de potências estrangeiras em assuntos de países da região (KEYNOUSH, 2016).

Além disso, o rei saudita Saud bin Abdulaziz Al Saud considerava o Pacto de Bagdá como favorável para o fortalecimento de Israel na região. Para Keynouch (2016, p. 67, tradução nossa), “[o] rei Saud sustentou publicamente que o pacto visava aumentar a posição regional de Israel, dadas as divisões que criou no mundo árabe. Silenciosamente, ele temia que o pacto alterasse o equilíbrio regional em favor do Iraque”.

Durante a Crise do Canal de Suez em 1956, Irã e Arábia Saudita inicialmente assumiram posturas diferentes. O governo do xá não condenou a invasão britânica e francesa do território

<sup>16</sup> No original: [...] *the restoration of the Shah inaugurated a period in Iran’s history when the US replaced Britain as the dominant Western power. Between August 1953 and December 1956, Washington provided Iran with military and economic aid worth \$414 million.*

<sup>17</sup> O Pacto de Bagdá resultou na criação da *Central Treaty Organization* (CENTO), a Organização Central do Tratado.

egípcio, entretanto, se apresentou como um mediador do conflito, enquanto o governo saudita apoiou a nacionalização do canal pelo Egito e condenou a invasão. O rei Saud era contrário à interferência de potências imperialistas em assuntos de países na região, contudo, o monarca saudita se mostrou apreensivo com a capacidade de Nasser e do Egito de assumirem um papel de protagonismo no Oriente Médio (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Com isso, ao perceber o antagonismo do Egito de Nasser contra a presença estadunidense na região, o governo saudita evidenciou a necessidade de estreitar os laços cooperativos com o Irã e de se desvencilhar do Egito.

O príncipe herdeiro Faisal deu um passo adiante, afirmando que o pacto poderia colocar Bagdá, Islamabad e Teerã em posição de interromper as hostilidades em direção ao Cairo e trazer paz à região. Em novembro, Saud viajou para Washington para se encontrar com o presidente Eisenhower — um sinal claro de seu desejo de se separar de Nasser (KEYNOUSH, 2016, p. 70. tradução nossa).<sup>18</sup>

Nasser tentou minar a aproximação de Irã e Arábia Saudita alegando que o Golfo Pérsico deveria ser chamado Golfo Árabe. O termo cunhado pelo líder egípcio foi usado brevemente por algumas rádios sauditas, fato esse que gerou um breve desconforto entre os iranianos. Entretanto, a política externa de iranianos e sauditas seguiu alinhada, com ambos os países apoiando as forças monarquistas durante a guerra civil iemenita de 1962, enquanto o Egito de Nasser apoiava as forças republicanas (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

O rei Faisal e o xá negaram o reconhecimento ao novo regime iemenita. Em novembro de 1962, forças expedicionárias egípcias no Iêmen atacaram a Arábia Saudita. No entanto, Faisal evitou o confronto direto com o Egito; de acordo com a embaixada iraniana em Jidá, quando a força aérea egípcia destruiu um hospital em Abha, Faisal optou por não revidar. (KEYNOUSH, 2016, p. 76. tradução nossa)<sup>19</sup>

No pós-guerra, as políticas externas iraniana e saudita estiveram alinhadas apenas em casos específicos. Após a vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967, a Arábia Saudita reduziu em 25% a sua produção de petróleo, elevando o preço da *comodity* e restringindo a venda dela para os israelenses. No entanto, o Irã se negou a reduzir sua produção petrolífera e tampouco a boicotar Israel, com isso o primeiro passou a ser o maior fornecedor de petróleo ao

<sup>18</sup> No original: *Crown Prince Faisal went a step further, stating the pact could place Baghdad, Islamabad, and Tehran in a position to halt hostilities toward Cairo and bring peace to the region. 9 In November, Saud traveled to Washington to meet President Eisenhower—a clear signal of his desire to part ways with Nasser.*

<sup>19</sup> No original: *King Faisal and the shah withheld recognition from the new Yemeni regime. In November 1962, Egyptian expeditionary forces in Yemen attacked Saudi Arabia. Nevertheless, Faisal avoided direct confrontation with Egypt; according to the Iranian embassy in Jeddah, when the Egyptian air force destroyed a hospital in Abha, Faisal chose not to strike back.*

segundo, fato esse que desagradou os sauditas, gerando uma animosidade entre os países (HIRO, 2018).

Em 1973, após o desfecho da Guerra do Yom Kippur, a Arábia Saudita e os demais países árabes propuseram um embargo de petróleo a países ocidentais que apoiavam Israel. Já o Irã não apoiou esse embargo, mas apoiou a proposta da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em subir substancialmente o preço da *commodity* (HIRO, 2018).

Com isso se evidencia que, durante o período imperial, o Irã tinha como primazia sua política interna ao invés da política externa, enquanto a Arábia Saudita já buscava exercer um papel de liderança na região.

Ao liderar o embargo de petróleo árabe em resposta à maciça assistência militar dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra de Outubro, Faisal mostrou uma tendência independente que elevou sua estatura entre os árabes, que passaram a respeitá-lo como um líder nacionalista árabe. Ao fazer isso, ele usou o petróleo como uma arma de guerra usada durante um conflito armado – uma conquista sem precedentes. O salto subsequente nos preços do petróleo deu a Faisal acesso a enormes fundos que ele empregou para estender a influência saudita além do mundo árabe (HIRO, 2018, p. 46, tradução nossa).

Diante disso, infere-se que, durante o período pré-revolução islâmica, apesar de ambos os países estarem dentro da esfera de influência estadunidense, Arabia Saudita e Irã possuíam formas de fazer política externa que convergiam entre si e outras vezes eram antagônicas. Entretanto, os dois Estados não eram necessariamente rivais ou inimigos, situação essa que viria a mudar após a Revolução Islâmica no Irã em 1979.

## 2.2 DA REVOLUÇÃO IRANIANA AO GOVERNO DE AHMADINEJAD (DE 1979 A 2013)

Desde o estabelecimento da dinastia Pahlavi, o Irã se configurou como um Estado centralizado e autoritário. Apesar de ter início no país reformas de cunho liberal e secular desde a década 1950, o governo do xá continuou autoritário. Em meio a esse contexto, devido às más condições socioeconômicas presentes em diversos setores da sociedade civil, adoção de políticas seculares não aceitas pela sociedade islâmica, casos de corrupção e enormes gastos por parte da realeza iraniana, houve a eclosão de diversas manifestações populares contra o governo monárquico, as quais foram duramente reprimidas de maneira violenta pelas tropas imperiais (KEYNOUSH, 2018).

Diante do clima de insatisfações populares, em janeiro de 1979, iniciou-se o processo que deflagrou a Revolução Islâmica no Irã, com a deposição do xá Reza Pahlevi. A figura do xá era a representação da submissão aos interesses estadunidenses e ocidentais na visão dos

revolucionários (TYLER; BOONE, 2012). Em 16 de janeiro de 1979, a família real iraniana fugiu do país e, no dia 31 de janeiro, o líder religioso Khomeini embarcou de Paris para chegar no dia seguinte em Teerã, onde foi recebido por milhares de pessoas (HIRO, 2018).

Apesar das divergências existentes entre sauditas e iranianos acerca da precificação e nível de produção de petróleo, ambos os Estados não cultivavam hostilidades, tanto que, no início das manifestações que culminaram na Revolução Islâmica, a Arábia Saudita demonstrou apoio ao governo do xá Reza Pahlavi, a fim de manter a estabilidade política na região (MCLEAN, 2001).

Assim que a revolução começou, a Arábia Saudita apoiou firmemente o xá, anunciando publicamente sua confiança nele e em sua capacidade de reprimir os distúrbios, que eles atribuíram a comunistas e esquerdistas. Seu apoio ao xá e seu otimismo em relação à situação no Irã se mostraram equivocados quando a revolução iraniana foi bem-sucedida (MCLEAN, 2001. p. 16).

Em fevereiro de 1979, Mehdi Bazargan foi nomeado pelo Aiatolá Khomeini como primeiro-ministro do governo interino do Irã republicano. Bazargan assumiu uma postura pragmática nas relações diplomáticas com a Arábia Saudita, recebendo, em julho de 1979, uma delegação saudita em nome da Liga Mundial Muçulmana. Com isso, aparentemente as relações entre o reino saudita e o novo regime iraniano continuariam sendo cordiais e estáveis, na medida em que o governo saudita, no início, reconheceu o governo de Khomeini (KEYNOUSH, 2016).

Entretanto, após grupos radicais islâmicos promoverem a invasão da embaixada americana no país, em novembro de 1979, Bazargan perdeu o controle do governo e renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Apesar da extrema pressão exercida pelos americanos diante da crise na embaixada de Teerã, os sauditas se mantiveram relativamente neutros perante a atitude iraniana (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Com a estabilização do novo regime republicano no Irã e a ascensão e consolidação do Aiatolá Khomeini como líder supremo da República Islâmica do Irã, em novembro de 1979, houve o início das críticas públicas do aiatolá sobre as monarquias do Golfo Pérsico. Dessa forma, o regime iraniano passou a representar uma ameaça direta a sobrevivência do Estado saudita (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Segundo o aiatolá Khomeini, os regimes monárquicos presentes no golfo não tinham embasamento no Al Corão, portanto, eram regimes não-islâmicos. De acordo com Hiro (2018, p. 80, tradução nossa), “[...] a interpretação vociferante do aiatolá de que o governo dinástico

não era islâmico, repetidamente transmitida pela rádio de língua árabe do Irã, foi vista em Riad como uma ameaça existencial à Casa de Saud”.<sup>20</sup>

Essa afirmação do líder iraniano teve um impacto significativo para as monarquias do golfo, pois elas usavam a fé islâmica como legitimidade para seus governos. Por exemplo, a Arábia Saudita, durante o reinado de Faisal, usou o panislamismo como contraponto ao panarabismo proposto por Gamal Nasser. As declarações contra o sistema monárquico saudita proferidas por Khomeini partiam de transmissões de rádio, tanto no idioma persa quanto em árabe, que podiam ser captadas em território saudita. O objetivo do líder iraniano era atingir com seu discurso a minoria xiita presente na Arábia Saudita (MCLEAN, 2001; HIRO, 2018).

O regime dominante na Arábia Saudita usa roupas muçulmanas, mas, na verdade, representa um estilo de vida luxuoso, frívolo e sem vergonha, roubando fundos do povo e desperdiçando-os, participando de jogos de azar, festas e orgias. Seria surpreendente se as pessoas seguissem o caminho da revolução, recorressem à violência e continuassem sua luta para recuperar seus direitos e recursos? [...] Massas revolucionárias, povo heroico em Qatif [Leste da Arábia Saudita] ... resistam ao governo dos desertos onde não há educação, consciência ou cultura... resista a seus inimigos opressores... desafie as forças das autoridades direcionando golpes contra eles. Onde estão os braços... Onde estão os coquetéis molotov preparados por mulheres e crianças? (Radio Teerã, 1980 apud GOLDBERG, 1986, p. 242-3 apud MCLEAN, 2001 p. 18. tradução nossa).<sup>21</sup>

Além do rádio, o aiatolá Khomeini também utilizou toda a estrutura presente na peregrinação do *hajj* para expor suas ideias, recorrendo a militantes xiitas instruídos a pregarem as ideias revolucionárias iranianas durante a sua estadia em território saudita. Em 20 de novembro de 1979, durante o ano novo islâmico – 1º de Muharram de 1400 –, um grupo armado tomou de assalto a Grande Mesquita de Meca, ocupando a estrutura e fazendo reféns. Inicialmente, tanto o governo saudita quanto o governo estadunidense de Jimmy Carter consideraram a invasão como um feito de militantes iranianos xiitas. Contudo, a invasão e a ocupação da Mesquita de Meca foram lideradas por Juhayman al-Otaybi, um ex-militar saudita e fundamentalista sunita insatisfeito com a monarquia saudita (MCLEAN, 2001; HIRO, 2018).

<sup>20</sup> Do original: [...] *the vociferous Ayatollah's interpretation that dynastic rule was un-Islamic, repeatedly aired by Iran's Arabic language radio, was viewed in Riyadh as an existential threat to the House of Saud*

<sup>21</sup> Do original: *“The ruling regime in Saudi Arabia wears Muslim clothing, but actually represents a luxurious, frivolous, shameless way of life, robbing funds from the people and squandering them, and engaging in gambling, drinking parties and orgies. Would it be surprising if people follow the path of the revolution, resort to violence and continue their struggle to regain their rights and resources? Revolutionary masses, heroic people in Qatif [Eastern Saudi Arabia] ...resist the government from the deserts where there is neither education, awareness nor culture...resist your oppressive enemies...challenge the authorities' forces by directing blows at them. Where are the arms.... Where are the Molotov cocktails prepared by women and children?”*

Entretanto, a acusação premeditada do governo Carter no envolvimento iraniano na invasão da Grande Mesquita sagrada de Meca gerou um descontentamento do governo iraniano. O aiatolá Khomeini passou a utilizar o ocorrido como uma arma política, fazendo um discurso inflamado na rádio por meio do qual apontava que a violação da Mesquita Sagrada era parte de um plano estadunidense e israelense para justificar intervenções contra a República Islâmica do Irã. O discurso de Khomeini ecoou forte no mundo islâmico, gerando diversas manifestações populares (MCLEAN, 2001; HIRO, 2018).

[...] a afirmação de Khomeini ganhou ampla aceitação no mundo muçulmano. Multidões no Paquistão, Bangladesh, Turquia, Líbia e Kuwait atacaram a missão diplomática americana e os centros de informação e cultura. Durante um cerco de cinco horas à Embaixada dos EUA em Islamabad, os frenéticos manifestantes incendiaram o prédio e mataram dois fuzileiros navais americanos que guardavam as instalações (HIRO, 2018 p. 78).<sup>22</sup>

Khomeini se aproveitou dos quase 15 dias que duraram a ocupação da Grande Mesquita de Meca pelos fundamentalistas sunitas de Juhayman e, diante da instabilidade interna dentro do reino saudita, o líder iraniano intensificou seus discursos voltados à minoria xiita presente na Arábia Saudita. Essa minoria, concentrada principalmente na província de Al Hasa, se manifestou contra o governo saudita e contra as autoridades religiosas wahhabistas (MCLEAN, 2001; HIRO, 2018).

A teoria realista das relações internacionais considera que o sistema internacional é anárquico, e no período que ocorreu a Revolução Islâmica, o sistema anárquico presente no Oriente Médio era caracterizado por uma divisão bipolar entre os Estados que estavam na esfera de influência dos Estados Unidos (a exemplo de Arábia Saudita e o Irã durante o regime Pahlavi), e os Estados apoiados pela União Soviética (a exemplo do Egito de Gamal Nasser). Entretanto essa divisão bipolar podia variar, principalmente em relação a ações contra Israel (MEARSHEIMER, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Contudo, com a Revolução Iraniana, o sistema bipolar presente na política regional do Oriente Médio moveu para um arranjo multipolar, pois o Irã republicano não se encaixou na divisão sistêmica estadunidense e nem na soviética (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018). Mearsheimer (2001) pontua no realismo ofensivo que um sistema multipolar tende a ser mais belicoso e conflitivo do que arranjos bipolares, através disso pode-se correlacionar o Irã após a

---

<sup>22</sup> Do original: [...] Khomeini's assertion gained widespread currency in the Muslim world. Mobs in Pakistan, Bangladesh, Turkey, Libya, and Kuwait targeted American diplomatic mission and information and culture centers. During a fivehour siege of the US Embassy in Islamabad, the frenzied demonstrators burned down the building and killed two American marines guarding the premises

Revolução Islâmica como sendo um ator desestabilizante na região, o qual influenciou diretamente na construção de uma relação de rivalidade contra o Reino da Arábia Saudita

Na perspectiva realista, ao se estabelecer, o Irã republicano xiita tinha a necessidade da obtenção de poder, pois o estado iraniano se encontrava fora dos grupos de influência estadunidense e soviético, e a linha ideológica xiita iraniana ia contra o sistema político das monarquias sunitas do Golfo Pérsico e contra o republicanismo secular em países como Egito e Iraque.

Então para não se encontrar isolado dentro do Oriente Médio e sobe constante risco da sobrevivência de seu regime republicano xiita, o Irã se inclinou a buscar a exportação do seu modelo revolucionário, apoiando dezenas de movimentos de minorias xiitas em diversos países no Oriente Médio (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Para Mearsheimer (2001), além da obtenção do poder, o maior objetivo de um Estado para que ele garanta sua sobrevivência é através do estabelecimento de uma hegemonia, mesmo que regional

No contexto da crise na grande mesquita de Meca, o movimento da Organização da Revolução Islâmica na Península Arábica (OIRAP), liderado pelo clérigo xiita Hassan al Saffar, passou a reivindicar maiores direitos e liberdades para a população xiita dentro do reino. Entre os dias 20 e 25 de novembro de 1979, líderes xiitas organizaram e celebraram publicamente o rito xiita da *Ashura*<sup>23</sup> em Qatif e em outras cidades. O rito da *Ashura*, assim como outras festividades xiitas, era proibido na Arábia Saudita (HIRO, 2018).

Partindo da ideia de apoiar grupos xiitas para a exportação da revolução e obter ganhos políticos, logo o Irã passou a apoiar o movimento da OIRAP.

Os eventos dramáticos no Irã aumentaram o significado desta primeira *Ashura* no novo ano islâmico. Ouvindo o sermão desolador do mulá, a multidão se reuniu do lado de fora da mesquita, batendo no peito e soluçando, gritando: “Sem sunitas, sem xiitas! Todos os muçulmanos juntos” – seguido pelo slogan recém-criado, “República Islâmica” (HIRO, 2018. P. 79).

As celebrações da *Ashura* realizadas em novembro de 1979 terminaram em tumultos e em confrontos entre os manifestantes xiitas e tropas da guarda nacional saudita. Estimativas apontam que os confrontos resultaram em cerca de 60 membros da OIRAP mortos e pelo menos 1.000 detidos pelas forças de segurança sauditas. A incitação de manifestações xiitas dentro da

---

<sup>23</sup> *Ashura* – uma derivação da palavra dez em árabe – para os muçulmanos sunitas é a comemoração do dia que Allah abriu o Mar Vermelho para Moisés passar. Já para os xiitas a data tem outro significado e recorda o martírio de Husayn ibn Ali (neto do profeta Maomé e mártir xiita), que foi derrotado na Batalha de Karbala em 10 de outubro de 680. Como celebração ao mártir, muitos muçulmanos xiitas praticam o autoflagelo, celebração essa que é expressamente condenada por muçulmanos sunitas (BRITANNICA, 202d).

Arábia Saudita através de discursos do aiatolá Khomeini via rádio, provenientes do Irã, foi uma demonstração de força por parte do líder iraniano e uma fonte de preocupação para o regime monárquico saudita, que passou a considerar a República Islâmica do Irã como um inimigo e uma ameaça ao Estado saudita (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Buscando uma contraposição à invasão da grande mesquita de Meca por fundamentalistas sunitas insatisfeitos e perante a crescente xiita fomentada pelo aiatolá Khomeini, o rei saudita Fahd solicitou ao conselho religioso do país que as alegações de Juhayman fossem examinadas. Com isso, o rei saudita respondeu às demandas religiosas oferecendo mais presença da religião. O Ministério da Religião, em conjunto com clérigos wahabbistas, ganharam maiores poderes, e a Arábia Saudita passou a contrapor mais veementemente a ideologia xiita iraniana, reforçando a sua ideologia sunita wahabbista (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Na sequência da apreensão da Grande Mesquita, as autoridades cancelaram as isenções anteriores e proibiram o consumo de álcool e carne de porco, bem como a celebração aberta de festivais cristãos. No resto do Reino, o processo continuou por vários anos. Em uma série de medidas sociais e educacionais tomadas pelo rei Khalid e seu sucessor, o rei Fahd, o regime fechou a lacuna que se desenvolveu ao longo de décadas entre sua administração e a doutrina original wahhabista (HIRO, 2018. p. 84).<sup>24</sup>

Na perspectiva do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), para a Arábia Saudita a obtenção de poder por parte do Irã seria uma ameaça direta ao regime monárquico saudita, diante disso, a Arábia Saudita passou a buscar o aumento do seu poder relativo dentro do Oriente Médio. Após a crise de Meca, os sauditas passaram a usar do wahabbista como instrumento político para contrapor o xiismo iraniano. (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Além da ideologia político-religiosa do wahabismo, os sauditas para aumentarem seu poder e respectivamente diminuírem o poder iraniano, utilizaram de meios políticos, buscando isolar diplomaticamente o Irã na região do Oriente Médio, através de meios econômicos, manipulando junto das demais monarquias do golfo a produção petrolífera e precificação do petróleo com o objetivo de prejudicar a economia iraniana. Além disso os sauditas apoiaram indiretamente o Iraque durante a Guerra Irã-Iraque.

---

<sup>24</sup> Do original: *In the wake of the Grand Mosque seizure, the authorities cancelled the previous exemptions, and banned the consumption of alcohol and pork as well as the open celebration of Christian festivals.*<sup>23</sup> *In the rest of the Kingdom, the process continued for several years. In a series of social and educational steps taken by King Khalid and his successor King Fahd, the regime closed the gap that had developed over decades between its administration and the original Wahhabi doctrine.*

### 2.2.1 GUERRA IRÃ-IRAQUE; REAÇÃO SAUDITA AO CONFLITO

Ademais, além do embate direto com a casa Saud, o aiatolá Khomeini também buscou a exportação do modelo revolucionário iraniano para outros países na região com um número significativo de xiitas, a exemplo do Iraque. No Iraque, apesar de grande parte da população ter origem xiita, o governo do país era liderado por sunitas do Partido Socialista Baath, que tinham dado um golpe de Estado em julho de 1968. O Partido Baath tinha tendências seculares e buscou censurar autoridades religiosas xiitas e a proibir celebrações xiitas (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Mesmo antes da revolução islâmica no Irã, já havia movimentos xiitas antigovernamentais no Iraque, a exemplo do *al Daawa al Islamiya*, que organizava manifestações contra o governo desde 1974. Com a consolidação da revolução islâmica no Irã, clérigos xiitas iranianos passaram a contatar líderes xiitas iraquianos, mas esses contatos foram dificultados porque o clérigo iraquiano Muhammad Baqir Sadr declinou à ideia de transformar o xiismo em uma ideologia política e de aceitar o aiatolá Khomeini como líder máximo do xiismo no mundo islâmico. Apesar disso, os iranianos continuaram apoiando os iraquianos xiitas (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Com o a ascensão e consolidação de Saddam Hussein como liderança máxima do Partido Baath, os xiitas iraquianos passaram a serem perseguidos com maior voracidade. Em março de 1980, 97 pessoas, entre militares e civis, foram executadas pelo governo iraquiano. Em resposta, o *al Daawa* passou a efetuar ataques contra delegacias de polícia e prédio governamentais, o líder xiita iraquiano Muhammad Sadr emitiu uma *fatwa*<sup>25</sup> alegando que o regime de Saddam Hussein não era islâmico e deveria ser combatido. Na tentativa de conter esses ataques, o governo iraquiano executou Muhammad Sadr e sua irmã Bint al Huda em 9 de abril de 1980 (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Após cerca de uma semana, a informação sobre a execução do líder xiita iraquiano chegou em Teerã, e o aiatolá Khomeini condenou firmemente a execução de Sadr.

Khomeini ficou chocado e furioso. “A guerra que o Baath iraquiano quer desencadear é uma guerra contra o Islã”, declarou. Ele convocou o povo e o exército do Iraque a derrubar o regime baathista porque ele estava “atacando o Irã, atacando o Islã e o Alcorão”, e acrescentou que “o Irã hoje é a terra do mensageiro de Deus; e sua revolução, governo e leis são islâmicos” (HIRO, 2018. p. 89, tradução nossa).<sup>26</sup>

<sup>25</sup> *Fatwa*: é definida como uma decisão jurídica religiosa emitida por uma liderança religiosa capaz de interpretar o Al corão (BRITANNICA, 2020e)

<sup>26</sup> Do original: “Khomeini was shocked as well as incensed. “The war that the Iraqi Baath wants to ignite is a war against Islam,” he declared. He called on the people and army of Iraq to overthrow the Baathist regime because it was “attacking Iran, attacking Islam and the Quran,” and added that “Iran today is the land of God’s messenger; and its revolution, government and laws are Islamic.”

A interferência iraniana na política doméstica iraquiana desagradava Saddam Hussein. No período pós-revolução, Bagdá se tornou o refúgio de proeminentes lideranças políticas do regime Pahlavi, com isso, a capital iraquiana se tornou um campo de articulação da oposição iraniana anti-Khomeini. O líder iraquiano também era favorável a uma intervenção do governo estadunidense de Jimmy Carter dentro do Irã (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Entretanto, devido à falta de articulação entre os dissidentes iranianos do regime do Aiatolá e à falta de ação do governo Carter, Saddam Hussein passou a considerar uma intervenção sobre Irã, pois as constantes declarações e incitações do líder iraniano poderia ser prejudicial a sobrevivência do regime baathista (KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Diante disso, Saddam Hussein passou a ameaçar duramente o regime iraniano, alegando que o governo de Khomeini estaria interferindo na política interna iraquiana e, com isso, estaria quebrando o Acordo de Argel, firmado entre os dois países em 1975. Saddam Hussein também passou a exigir a cessão do Irã da província do Cuzistão, um território iraniano rico em petróleo que era motivo de disputa entre os países desde antes da revolução islâmica, e as ilhas de Abu Musa e Tunbs (MURRAY; WOODS, 2014; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Em 22 de setembro de 1980, Saddam Hussein rompeu o acordo de Argel e deu início à invasão do Irã. O líder iraquiano estava motivado a atacar, tendo em vista que os relatórios de inteligência apontavam a fragilidade das forças armadas iranianas, após deserções em massa e expurgos de membros do alto comando do exército, os quais muitas vezes eram substituídos por pessoal despreparado, porém, fiel à figura do aiatolá. Além disso, no cálculo estratégico iraquiano, as forças armadas iranianas eram compostas majoritariamente por equipamentos ocidentais, em especial equipamentos estadunidenses, de modo que, com o rompimento entre Irã e Estados Unidos, essas forças estariam sem peças de reposição e com defasagem na manutenção (MURRAY; WOODS, 2014; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Inicialmente, as ofensivas militares iraquianas tiveram sucesso, entretanto, foram barradas pela grande resistência popular iraniana. Apesar da defasagem técnica em seu exército, os iranianos usavam táticas de guerrilhas com amplo uso de civis. Com isso, a guerra se estagnou, transformando-se em uma guerra de trincheiras na fronteira entre os dois países (MURRAY; WOODS, 2014; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Inicialmente, os sauditas se mantiveram neutros, mas, após as muitas vitórias militares dos iranianos no primeiro ano do conflito, a Arábia Saudita passou a transferir amplas quantidades de dinheiro e equipamentos para o regime de Saddam Hussein, a fim de evitar uma vitória iraniana. Os sauditas também passaram a aumentar consideravelmente a produção de

petróleo e a controlar o preço da *commodity*, a fim de pressionar economicamente o Irã (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Com a ameaça da segurança no transporte de petróleo por grandes petroleiros no Golfo Pérsico em 25 de maio de 1981, formou-se o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), integrado por Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait, Omã, Catar e Emirados Árabes Unidos.

O CCG considerava que não era estrategicamente viável para as monarquias do golfo nem a vitória do Iraque e nem a vitória do Irã, pois, independente do resultado, o balanço de poder na região seria extremamente afetado. Entretanto, a organização liderada pela Arábia Saudita passou a dar apoio prioritário para Iraque (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

A posição do GCC sobre a guerra sustentava que nem o Irã nem o Iraque poderiam sair vitoriosos ou perturbar o fluxo de petróleo pelas águas do Golfo; mas a organização estava politicamente dividida e preferiu manter aberta os canais diplomáticos com os dois estados. Em dezembro de 1981, inclinou-se para o Iraque depois de acusar o Irã de conspirar para derrubar a monarquia do Bahrein (KEYNOUSH, 2018. P. 117).<sup>27</sup>

O Irã passou a ameaçar os países do CCG, solicitando que eles negociassem a retirada das tropas iraquianas da fronteira e o fim das hostilidades, caso contrário, os iranianos alegaram que iriam minar o estreito de Ormuz e atacar navios petroleiros das nações do CCG, porém, essas alegações não tiveram efeitos imediatos (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Buscando quebrar o isolamento causado pelo Conselho do Golfo, o Irã se aproveitou do insucesso das negociações de paz entre israelenses e palestinos e passou minar a influência da Organização da Libertação Palestina (OLP) dentro do território palestino, pois a organização era apoiada pelo e apoiava o Iraque (HIRO, 2018).

Nesse mesmo período, o Irã passou a apoiar o grupo Hezbollah no Líbano, por meio da guarda republicana iraniana. O Irã também conseguiu o apoio da Síria, prometendo colaborar posteriormente em negociações para a devolução das Colinas de Golã, ocupadas por Israel. Essa expansão ideológica xiita em meio a guerra preocupou a Arábia Saudita (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

---

<sup>27</sup> Do original: “The GCC position on the war held that neither Iran nor Iraq could emerge as victors or disturb the flow of oil through Gulf waters; but the organization was politically divided, and preferred to keep diplomatic channels with both states open. By December 1981, it tilted toward Iraq after charging Iran of plotting to overthrow Bahrain’s monarchy.”

Em 1984, o Irã atacou navios petroleiros sauditas. Ao invés de revidar, os sauditas enviaram uma missão diplomática a Teerã, visando evitar uma escalada das tensões na região. Desde 1982, a Guerra Irã-Iraque se concentrou em ataques a petroleiros de ambos os países e bombardeios aéreos, tendo pouco embates terrestres. Entre 1984 e 1987, Irã e Arábia Saudita passaram a dialogar mais (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Entretanto, a situação entre Irã e Arábia Saudita mudou quando, em 31 de julho de 1987, um embate entre forças de segurança sauditas e peregrinos iranianos xiitas resultou em 400 peregrinos iranianos mortos (há fontes que alegaram 275 iranianos e 85 sauditas mortos). Após o ocorrido, a Arábia Saudita passou a impor uma cota anual de 45.000 peregrinos iranianos para o *haji*, porém, o governo do aiatolá não aceitou essa cota e, em abril de 1988, a Arábia Saudita rompeu relações diplomáticas com o Irã (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018)

### 2.2.3 BREVE REAPROXIMAÇÃO SAUDI-IRANIANA

Arábia Saudita e Irã tiveram desentendimentos após os acontecimentos do incidente em Meca de 1987. Com a recusa iraniana em aceitar a cota de 45.000 mil peregrinos proposta pelos sauditas, as relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente cortadas e a peregrinação suspensa para cidadãos iranianos xiitas. Com os cidadãos iranianos impossibilitados de realizarem o *haji*, o Estado iraniano teve que lidar com essa questão de maneira pragmática (HIRO, 2018).

Com isso, em 1988, o Irã buscou se reaproximar da Arábia Saudita “[o] aiatolá Khomeini respondeu que, apesar das diferenças entre Teerã e Riad, era vital que o caminho para o *haji* [devesse] permanecer aberto” (MALEKI, 2012 apud HIRO, 2018, p.123, tradução nossa). Como forma de demonstrar sua boa vontade para o diálogo, o Irã parou de apoiar grupos dissidentes xiitas dentro da Arábia Saudita, e o rei saudita Fahd persuadiu Saddam Hussein a aceitar um cessar-fogo em 20 de junho de 1988 (MCLEAN, 2001; KEYNOUSH, 2016; HIRO, 2018).

Com a eleição de Akbar Hashemi Rafsanjani para presidência do Irã em 1989, o Irã passou a exercer uma política externa mais pragmática, mesmo que com certa oposição do Aiatolá Khomeini.

Hashemi Rafsanjani tornou-se o presidente do Irã em 1989 e procurou isolar a política externa da política ideológica doméstica, tornando-a responsabilidade do Conselho Supremo de Segurança Nacional, recém-criado por uma emenda Constitucional (ARJOMAND, 2009. p. 136)<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Do original: “*Hashemi-Rafsanjani became the IRI President in 1989 and sought to insulate foreign policy from domestic ideological politics by making it the responsibility of the Supreme National Security Council, which was newly set up by a 1989 constitutional amendment*”

Com a morte do Aiatolá Khomeini em 3 de junho de 1989, Rafsanjani pode seguir com sua política pragmática. O Irã estava com a sua economia destruída após uma década de conflito contra o Iraque, e Rafsanjani entendia que a reconstrução econômica do país dependia de manter relações amistosas com os países vizinhos, em especial com a Arábia Saudita. Entretanto, no âmbito doméstico, ainda havia muitas facções conservadoras contra a reaproximação com a Arábia Saudita (ARJOMAND, 2009).

Contudo, em julho de 1990, o ministro das relações exteriores do Irã foi enviado para Kuwait, a fim de reconstruir um canal de diálogo com os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Quando se deu a invasão do Kuwait em agosto de 1990, inicialmente, o governo iraniano criticou veemente a agressão iraquiana, porém, o país se manteria neutro. No entanto, após tropas ocidentais se assentarem em terras islâmicas, clérigos iranianos mais radicais conclamaram por uma aliança com o Iraque para combater os inimigos estadunidenses. Rafsanjani, por meio de um jogo político com o novo aiatolá, Ali Khamenei, conseguiu anular a ala mais radical do clero iraniano (ARJOMAND, 2009).

Hashemi Rafsanjani e seus partidários aproveitaram a oportunidade oferecida pela eleição da Assembleia de Especialistas em Liderança para administrar uma séria derrota aos radicais. Com o apoio do aiatolá Khamenei, os juristas clericais do Conselho Guardião rejeitaram a candidatura de eruditos religiosos radicais, reprovando-os em um humilhante exame da jurisprudência xiita em sua capacidade de supervisão (ARJOMAND, 2009. p.139).<sup>29</sup>

Após a supressão de forças radicais internas, o governo iraniano passou a ter um maior pragmatismo em sua política externa. O principal objetivo de Rafsanjani foi restabelecer relações com a Arábia Saudita. Diante disso, após de mediações feitas por Omã e demais países do Conselho de Cooperação do Golfo, em 31 de março de 1991, a embaixada iraniana em Riad foi reaberta. Junto da reabertura da embaixada também foi anunciado o aumento da cota de 45.000 peregrinos para 100.000 peregrinos iranianos xiitas autorizados a entrarem em território saudita para o *hajj* (MCLEAN, 2001; ARJOMAND, 2009).

Em um ato simbólico, em junho de 1991, o príncipe saudita Saud al Faisal visitou Teerã. As relações entre Arábia Saudita e Irã se mantiveram cordiais e amistosas durante o restante do mandato presidencial de Rafsanjani e durante o mandato sucessor, exercido por Muhammad

---

<sup>29</sup> Do original: “Hashemi-Rafsanjani and his supporters seized the opportunity offered by the election of the Assembly of Leadership Experts to administer a serious defeat to the radicals.<sup>26</sup> With Ayatollah Khamenei’s support, the clerical jurists of the Guardian Council rejected the candidacy of radical religious scholars by failing them at a humiliating examination in Shi’ite jurisprudence in their supervisory capacity

Khatami. Entretanto, a rivalidade entre os dois Estados estaria novamente presente após a eleição do conservador Mahmoud Ahmadinejad para a presidência em 2005 (ARJOMAND, 2009; CERIOLI, 2016).

#### 2.2.4 MAHMOUD AHMADINEJAD E O RESTABELECIMENTO DA RIVALIDADE

Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad foi eleito presidente do Irã. Ahmadinejad apresentava características conversadoras e populistas e um amplo apoio popular dentro das forças armadas iranianas, pois o mesmo já tinha feito parte da Guarda Revolucionária. Ao contrário de seus dois últimos antecessores, Ahmadinejad detinha uma postura mais nacionalista e agressiva perante Estados Unidos e Israel, usando a retórica de luta anti-imperialista (CERIOLI, 2016).

Em nível regional, o presidente iraniano intensificou a presença da Guarda Revolucionária em territórios ocupados pelo Hezbollah no Líbano, pelo Hamas na Palestina e por grupos xiitas no Iraque. Também se observa uma intensificação do discurso ideológico xiita, o qual busca desestabilizar a região aos olhos dos sauditas (CERIOLI, 2016).

Desde a estabilização da República Islâmica do Irã, após a consolidação do aiatolá Khomeini como líder supremo do Estado iraniano, um dos principais objetivos do Irã foi a exportação do seu modelo revolucionário para os demais países muçulmanos da região, sendo esse ato expresso na constituição iraniana.

No desenvolvimento das relações internacionais, a Constituição se esforçará com outros movimentos islâmicos e populares para preparar o caminho para a formação de uma única comunidade mundial [...] e assegurar a continuação da luta pela libertação de todas as pessoas carentes e oprimidas do mundo (CONSTITUIÇÃO IRANIANA, 1980 apud ARJOMAND, 2009. p.134).<sup>30</sup>

Fazendo contraponto com a guarda imperial que defendia o xá, após o processo revolucionário foi criado o Exército dos Guardiães da Revolução Islâmica – popularmente conhecido como Guarda Revolucionária. O principal objetivo da guarda revolucionária é a proteção da república e da revolução xiita, além disso, também tem como objetivo expandir a revolução islâmica: “os Guardas Revolucionários não apenas protegeriam a integridade do Irã,

---

<sup>30</sup> Do original: “*in the development of international relations, the Constitution will strive with other Islamic and popular movements to prepare the way for the formation of a single world community . . . and to assure the continuation of the struggle for the liberation of all deprived and oppressed people in the world.*”

mas também assumiriam “o fardo da missão ideológica, significando que a Jihad espalharia o domínio da lei divina em todo o mundo”” (ARJOMAND, 2009, p.134, tradução nossa).<sup>31</sup>

Ademais, o Irã exporta sua ideologia por meio de intervenções indiretas em menor ou maior grau, a exemplo de agentes políticos iranianos responsáveis em fomentar e financiar manifestações políticas de grupos xiitas. A Guarda Revolucionária iraniana também apoia grupos paramilitares, provendo equipamentos, recursos e treinamento, a exemplo de grupos como o Hezbollah no Líbano, o Hamas na Palestina, grupos xiitas iraquianos após o vácuo de poder decorrente da queda de Saddam Hussein e os houthis no Iêmen (ARJOMAND, 2009; CERIOLO, 2016).

Já o modelo ideológico saudita se dá de maneira mais sutil. Tanto na política interna como na externa, a Arábia Saudita se coloca como a protetora da fé islâmica. A construção do Estado saudita está atrelada ao wahabismo, e os sauditas se propõem a expandir a sua vertente do sunismo, entretanto, ao contrário do Irã que atua de maneira mais direta, os sauditas se concentram no estabelecimento de mesquitas e escolas doutrinárias wahabistas em diversos países do Oriente Médio e Norte da África (CERIOLO, 2016).

Os sauditas também financiam grupos políticos conservadores de orientação sunita em diversos países com o objetivo de ter a manutenção da hegemonia de grupos sunitas em diversos países do Oriente Médio, enquanto os iranianos financiando grupos xiitas, tomam uma posição anti-hegemônica na região (CERIOLO, 2016).

O Irã transformando o Iraque pós-Saddam em um Estado xiita alinhado, desestabilizaria a região, podendo enfraquecer a Arábia Saudita e demais monarquias do golfo. Com isso nesse período a rivalidade entre os dois estados é retomada, com o Irã passando apoiar cada vez mais grupos paramilitares xiitas e os sauditas se concentrando em financiar grupos com tendências sunitas/wahabistas (CERIOLO, 2016).

Com isso, neste capítulo foi possível observar que nem sempre Arábia Saudita e Irã tiveram uma relação antagônica. Durante a história das relações bilaterais dos dois Estados, existiu uma relação de cooperação e de equilíbrio durante o governo da dinastia Pahlavi no Irã.

O ponto de ruptura se deu após a Revolução Iraniana, onde os dois Estados passaram a assumir posições antagônicas entre si. Contudo, apesar de uma breve reaproximação durante década de 1990, Arábia Saudita e Irã passaram a ter um aumento na rivalidade após a eleição de Mahmoud Ahmadinejad em 2005 e posteriormente com a nomeação de Mohammad bin

---

<sup>31</sup> Do original: *Revolutionary Guards would not only protect the integrity of Iran but also assume “the burden of ideological mission, meaning the Jihad to spread the rule of the divine law throughout the world*

Salman como príncipe herdeiro do reino saudita. Ademais, a discussão sobre a política externa de Ahmadinejad e de Bin Salman será retomada no terceiro capítulo na sessão 3.2.2.

### **3. O CASO IÊMEN: DA FORMAÇÃO DO ESTADO IEMENITA A GUERRA CIVIL E INTEVERNÇÃO SAUDI-IRANIANA**

O seguinte capítulo busca, inicialmente, contextualizar a formação do Estado do Iêmen e, em seguida, discorrer sobre a atual guerra civil iemenita presente no país e a interferência de outros Estados (Arábia Saudita e Irã) no mesmo. Após essa contextualização, o conflito no Iêmen irá servir como estudo de caso para analisar a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã em uma possível busca por uma hegemonia na região do Oriente Médio.

#### **3.1 DA FORMAÇÃO DO IÊMEN**

Em sua história moderna, o território que compreende o atual estado iemenita (durante o século XIX denominado como Arábia do Sul) foi alvo de pretensões hegemônicas por potências externas. Inicialmente, houve o domínio da região norte pelos otomanos nos anos de 1830 e, posteriormente, a partir de 1860 com disputas de companhias italianas, belgas, francesas, alemãs e britânicas pela região centro-sul, com cada companhia estrangeira mantendo relações com sociedades tribais distintas ao longo da costa iemenita no golfo do Áden (BLUMI, 2018).

Com isso, surgiram rivalidades internas entre grupos tribais iemenitas, até que em 1872 a região norte foi anexada oficialmente como uma província cliente do Império Otomano e, nesse mesmo ano, a região centro-sul foi designada como Protetorado de Áden, sob a égide do Império Britânico (BLUMI, 2018). Após o desmembramento do Império Otomano em 1922, a região norte do Iêmen passou a ter total autonomia, assim se tornando um Estado soberano sob um governo monárquico (BLUMI, 2018).

Entretanto, a região sul do território iemenita continuou a existir como um protetorado britânico, até que em 1963 o Protetorado do Áden tornou-se independente, formando a Federação da Arábia do Sul (BLUMI, 2018). Contudo, entre 1967 e 1969, grupos político-sociais contrários à influência britânica contestaram a legitimidade da Federação (AL-HAMDANI; LACKNER, 2020; HILL, 2017).

Neste período, duas facções distintas lutaram contra o domínio da Inglaterra e entre si, a Frente para a Libertação do Iêmen do Sul Ocupado (FLISO), apoiados diretamente pelo Egito, de Gamal Abdel Nasser, e a Frente de Libertação Nacional (FLN), que também era simpatizante

do panarabismo de Nasser e de ideais marxistas (AL-HAMDANI; LACKNER, 2020; HILL, 2017).

A Frente de Libertação Nacional saiu vitoriosa no embate, conquistando e controlando vastos territórios do Protetorado, e a autoridade colonial britânica negociou a independência da região com a FLN, onde foi instaurado um governo republicano de orientação marxista em 1967, a República Democrática Popular do Iêmen (também conhecido como Iêmen do Sul). O governo saudita criticou veementemente a decisão inglesa de negociar com a FLN, pois, isso abriria precedentes para o socialismo em terras islâmicas (AL-HAMDANI; LACKNER, 2020; HILL, 2017).

Já a região norte do Iêmen continuou sendo uma monarquia até 1962, quando o Imã Muhammad al-Badr foi deposto por oficiais do exército com ideais republicanos, que proclamaram a República Árabe do Iêmen. Diante disso, de 1962 a 1970, houve uma guerra civil no Iêmen do Norte entre os monarquistas iemenitas, apoiados pela Arábia Saudita e em menor grau pelo Irã, e grupos de republicanos com ideais panarabistas, apoiados pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (HILL, 2017; BLUMI, 2018).

Figura 3: Divisão territorial entre Iêmen do Norte (em laranja) e Iêmen do Sul (em amarelo).



Fonte: Al Jazeera, 2019.

Inicialmente, a intervenção do Egito, da Arábia Saudita e do Irã na guerra civil no norte iemenita se deu através de uma guerra por procuração, pois esses países participaram

indiretamente do conflito, por meio de transferências de armamentos e ajuda financeira aos grupos beligerantes. Entretanto, posteriormente, o apoio egípcio passou a ser direto, por meio de ataques aéreos da força aérea egípcia sobre posições das forças monarquistas e da atuação de forças especiais do exército egípcio na frente de batalha (HILL, 2017; FEIRSTEIN, 2019).

Apesar da intervenção direta egípcia, Arábia Saudita e Irã continuaram atuando de maneira indireta no conflito através de apoio financeiro e material, sendo que o Irã ficou responsável em disponibilizar os recursos, enquanto a Arábia Saudita além de fornecer os recursos, também ficou responsável pelo traslado de tais recursos para as forças monarquistas iemenitas. Segundo Hill (2017, p. 34. Tradução nossa). “A Arábia Saudita continuou a fornecer os monarquistas por paraquedas e caravanas de camelos, cruzando as cidades fronteiriças de Najran e Jizan”<sup>32</sup>

No campo diplomático, a Arábia Saudita atuou de maneira ativa, buscando conversações com o governo egípcio visando o fim das hostilidades, entretanto somente com a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias em de junho de 1967, que as forças egípcias se retiraram do Iêmen do Norte (HILL, 2017).

A Arábia Saudita emergiu da Guerra dos Seis Dias substancialmente mais forte. Nasser estava desacreditado e o Egito, agora na folha de pagamento saudita, não desempenhava mais um papel regional dominante. Em todo o mundo árabe, o revivalismo islâmico estava emergindo como uma força nascente para desafiar a ascensão do nacionalismo árabe secular (HILL, 2017, p. 37, tradução nossa).<sup>33</sup>

Apesar da retirada egípcia, as forças monarquistas norte-iemenitas não conseguiram contrapor as forças republicanas, diante disso, a guerra civil teve seu fim em 1970, com a vitória dos republicanos e a consolidação da República Árabe do Iêmen. O governo saudita reconheceu o governo republicano iemenita, em troca, a República Árabe do Iêmen aceitou a demanda saudita em criar um conselho tribal, onde todas as tribos presentes no país (dentre elas, tribos sunitas próximas a Riad) teriam local de fala (HILL, 2017).

Nos anos seguintes ao estabelecimento do regime republicano no Iêmen do Norte, o governo saudita passou a fazer repasses financeiros ao governo norte-iemenita, visando colocar o governo iemenita sobe sua esfera de influência

A reconciliação pós-guerra entre Saná e Riad levou a uma doação saudita de US\$ 20 milhões ao conselho presidencial do governo

<sup>32</sup> No original: *Saudi Arabia continued to supply the Royalists by parachute drops and camel caravans, crossing from the border towns of Najran and Jizan.*

<sup>33</sup> No original: *Saudi Arabia emerged from the Six Days' War substantially stronger.48 Nasser was discredited and Egypt, now on the Saudi payroll, was no longer playing a dominant regional role. Across the Arab world, Islamic revivalism was emerging as a nascent force to challenge the ascendance of secular Arab nationalism.*

liderado por Abdulrahmin al-Iryani, um 'liberal' cauteloso de uma família de juízes *Sayyid* que mantinham as "maneiras do antigo regime" (HILL, 2017. p 39, tradução nossa).<sup>34</sup>

já o Irã, durante a dinastia Pahlavi manteve relações cordiais, porém devido a distância geográfica e uma perspectiva de poucos ganhos políticos, o governo de Pahlavi não concentrou grandes esforços para estabelecer uma relação mais consistente com o Iêmen do Norte. Enquanto isso, a Arábia Saudita continuou financiando o governo norte iemenita (HILL, 2017).

Apesar do financiamento saudita, a política interna norte iemenita era instável e conflituosa. O país teve dois presidentes assassinados durante o exercício do mandato, Ibrahim al Hamdi que foi assassinado a tiros em 11 de outubro de 1977 e Ahmad al-Ghashmi que foi morto através de uma explosão de uma bomba escondida em uma maleta em 24 de junho de 1978. (HILL, 2017; ORKABY, 2021).

Nesse contexto de instabilidade política, Ali Abdullah Saleh assumiu a presidência do país. Segundo Orkaby (2021, p. 69, tradução nossa). “O tenente-coronel Ali Abdullah Saleh tinha apenas 35 anos em julho de 1978 quando foi nomeado presidente do Iêmen, um cargo cobiçado por poucos políticos no Iêmen, dada a curta expectativa de vida dos ex-presidentes”<sup>35</sup>

No início de 1979, o governo soviético passou a armar cada vez mais o governo do Iêmen do Sul. A superioridade militar do vizinho socialista preocupou Saleh e os sauditas, e diante disso, a Arábia Saudita, passou a apoiar o governo de Saleh, visando estabelecer o Iêmen do Norte como um Estado tampão, evitando que a região fosse unificada sobe um regime socialista (HILL, 2017; ORKABY, 2021).

O apoio saudita se deu através do financiamento de armamentos para o Iêmen do Norte. Segundo Hill (2017, p. 42. Tradução nossa). “O presidente dos EUA, Jimmy Carter, agiu rapidamente para sinalizar seu apoio à Arábia Saudita, prometendo entregar US\$ 300 milhões em armas americanas a Saleh, incluindo 12 caças F-5, se os sauditas concordassem em pagar a conta”<sup>36</sup>

Com a Revolução Iraniana e a deposição do xá Reza Pahlavi, o Irã e o Iêmen do Norte tiveram um afastamento diplomático considerável. Enquanto isso, o governo de Saleh e os

<sup>34</sup> No original: *Postwar reconciliation between Sana'a and Riyadh led to a \$20 million Saudi grant to the governing presidential council led by Abdulrahmin al-Iryani, a 'cautious "Liberal"' from a non-sayyid family of judges who retained the 'manners of the old regime'.*

<sup>35</sup> Do original: *Lieutenant Colonel Ali Abdullah Saleh was only 35 in July 1978 when he was appointed president of Yemen, a job that few politicians in Yemen coveted, given the very short life expectancy of former presidents.*

<sup>36</sup> Do original: *US President Jimmy Carter moved quickly to signal his support for Saudi Arabia by promising to deliver \$300 million of American arms to Saleh, including 12 F-5 jet fighters, if the Saudis agreed to foot the bill*

sauditas mantiveram relações diplomáticas próximas. O Iêmen do Norte também se mostrou próximo ao Iraque durante a Guerra Irã e Iraque (HILL, 2017; ORKABY, 2021).

A priori os dois estados iemenitas se mantiveram separados até 1990, quando se deu o processo de unificação, liderado pela República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte). O presidente norte-iemenita foi responsável por buscar a unidade política dos dois Estados iemenitas através de diversas conversações com os chefes de governo da República Democrática do Iêmen (HILL, 2017; FEIERSTEIN, 2019).

Em abril de 1990, descobertas de jazidas de petróleo nas regiões fronteiriças entre os dois estados motivaram a assinatura de um pacto de unificação entre o presidente Saleh e o secretário-geral do governo marxista do Sul, Ali Salem al-Beidh. A unificação resultou na formação da República do Iêmen (HILL, 2017; FEIERSTEIN, 2019).

Durante o início de 1990 Saleh buscou se desvencilhar da Arábia Saudita, sendo o presidente iemenita crítico do monopólio de poder do Conselho de Cooperação do Golfo. Com isso, Saleh se voltou para Saddam Hussein, e quando se deu início a Guerra do Golfo, o governo iemenita se recusou a apoiar a intervenção estadunidense na região. Tal atitude do líder iemenita trouxe retaliações dos sauditas (HILL, 2017).

A Arábia Saudita retaliou expulsando 800.000 trabalhadores iemenitas, reduzindo assim suas lucrativas remessas. Em consonância com as reações sauditas, os Estados Unidos cortaram toda a ajuda americana ao Iêmen, apresentando a Saleh um duplo ato de retribuição que constituiu um sério golpe econômico para o país recém-unido (ORKABY, 2021. p.73 tradução nossa).<sup>37</sup>

Inicialmente, durante o processo de unificação política do Iêmen, o poder foi igualmente compartilhado entre líderes políticos do Norte e do Sul, que governaram o país conjuntamente por meio de decretos até o início das primeiras eleições do país unificado, em 1993, entretanto, com o colapso da União Soviética, os políticos sulistas — majoritariamente marxistas — se viram sem nenhum poder de barganha dentro do governo unificado (HILL, 2017; FEIERSTEIN, 2019).

Os políticos sulistas acreditavam que poderiam conseguir angariar uma grande parte das cadeiras dentro do parlamento nas eleições nacionais de 1993, partindo da premissa que o sul do Iêmen contém um contingente populacional maior que o do norte. Porém, as eleições tiveram

---

<sup>37</sup> Do original: *Saudi Arabia retaliated by expelling 800,000 Yemeni laborers, thereby curtailing their lucrative remittances. In line with Saudi reactions, the United States cut off all American aid to Yemen, presenting Saleh with a double act of retribution that constituted a serious economic blow to the newly united country.*

como resultado uma grande vitória do partido de Saleh e um progressivo monopólio político de Saleh sobre o país (FEIERSTEIN, 2019).

As mudanças impostas pelo governo central sobre a região sul e sua economia socialista acarretaram situações de instabilidades socioeconômica e de insatisfação na região que junto do domínio de elites tribais do norte sobre os meios econômicos do sul, levaram a um breve movimento de secessão por parte dos sulistas em 1994. Os sulistas se mostraram insatisfeitos com a unificação e as mudanças que a mesma trouxe e diante disso iniciaram uma guerra civil em 1994 (AL-HAMDANI; LACKNER, 2020).

A guerra civil de 1994, durou apenas dois meses, e foi rapidamente vencida pelas forças militares do governo central. A Arábia Saudita, junto dos demais países do CCG demonstraram apoio ao movimento sulista, pois não era de interesse destes países um Iêmen unificado. Segundo Orkaby (2021, p. 74, tradução nossa) “Saleh teve o apoio de quase toda a comunidade internacional, com exceção da Arábia Saudita, Omã e outros países do Golfo que temiam a crescente ameaça de um Iêmen unido e poderoso ao longo de suas fronteiras”<sup>38</sup>. Entretanto, a rápida vitória das forças militares de Saleh inviabilizaram qualquer tipo de interferência pró sulista por parte dos sauditas e dos demais países do CCG (ORKABY, 2021).

O fracasso no movimento independentista sulista levou à consolidação da centralização do poder político das elites do norte e de Ali Abdullah Saleh sobre o todo o país.

### 3.1.2 MANIFESTAÇÕES NO CONTEXTO DA PRIMAVERA ARÁBE E INSTABILIDADE POLÍTICA

Após a guerra civil de 1994, o Iêmen buscou se reaproximar da Arábia Saudita e dos Estados Unidos. Durante o final dos anos de em 1990 e início dos anos 2000 a forte presença da Al Qaeda na região fez com que os Estados Unidos lançassem diversas operações antiterroristas na região, com o aval de Ali Abdullah Saleh e da Arábia Saudita (HILL, 2017; ORKABY, 2021).

A Guerra ao Terror do presidente George W. Bush foi um ganho econômico inesperado para Saleh. Depois que as investigações revelaram uma conexão entre o ramo da Al-Qaeda do Iêmen e os ataques de 11 de setembro, Saleh recebeu um pacote de ajuda no valor de US\$ 400 milhões em troca de

---

<sup>38</sup> Do original: *Saleh had the support of nearly the entire international community, with the exception of Saudi Arabia, Oman, and other Gulf countries that feared the growing threat of a united and powerful Yemen along their borders*

cooperação na caça à organização terrorista (ORKABY, 2021. p. 77, tradução nossa).<sup>39</sup>

Em 2011, no contexto da Primavera Árabe, explodiram uma série de manifestações estudantis na região da capital Saná. Os manifestantes exigiram melhores condições socioeconômicas e maior participação política da população (HILL, 2017).

Inicialmente, as manifestações nas dependências da Universidade de Saná, no Iêmen, foram fomentadas pela jornalista e ativista Tawakkol Karman<sup>40</sup> no dia 15 de janeiro de 2011. Ela foi então presa pelo governo entre os dias 22 e 25 de janeiro do mesmo ano, e estudantes e outros setores da sociedade civil iemenita aderiram e promoveram diversos e intensos atos antigoverno como forma de protesto (HILL, 2017).

Em 18 de março de 2011, os militares iemenitas responderam com violência a um protesto realizado nas dependências da Universidade de Saná, deixando 50 manifestantes mortos e outras dezenas de feridos. Os ataques a civis causaram uma ruptura política dentro das forças armadas do Iêmen, com milhares de soldados e oficiais desertando do exército, a exemplo do General Ali Muhsin (primo do presidente Saleh), que colocou as suas unidades militares em prontidão para a defesa dos manifestantes perante possíveis novas agressões das tropas leais a Saleh (CLAUSEN, 2015)

Entre os grupos que participaram das manifestações no Iêmen, estão o HIRAK (predominante na região de Áden) e os houthis (concentrados na região norte). O movimento HIRAK – movimento sulista – surgiu após a guerra civil iemenita de 1994 e reivindicou maior espaço político e melhores condições socioeconômicas para a região sul do país (CLAUSEN, 2015).

Já os houthis surgiram como um grupo organizado político-religioso em 2004, o grupo reivindicava melhores condições sociais, liberdade religiosa e uma maior participação política e tinha como seu principal reduto a região noroeste do país, na província de Sa'dah. Os houthis foram logo reprimidos pelo governo central iemenita, dando início a uma série de conflitos entre 2004 e 2010, conhecidos como rebeliões houthis (SHARP, 2020). A alcunha “houthis” é uma derivação do nome do primeiro líder do movimento, Hussein Badr Eddin al-Houthi, morto em 2004 por forças do governo iemenita (MCKERNAN, 2018).

---

<sup>39</sup> Do original: *President George W. Bush's War on Terror was an economic wind fall for Saleh. After investigations revealed a connection between Yemen's al-Qaeda branch and the September 11 attacks, Saleh was given an aid package worth \$400 million in exchange for cooperation in hunting down the terrorist organization.*

<sup>40</sup> Tawakkol Karman é uma jornalista e ativista iemenita conhecida por sua luta pelo direitos das mulheres e pela democracia. Karman recebeu o prêmio Nobel da Paz de 2011 pelo seu papel nas manifestações pró-democracia. Desde 2015, a jornalista vive em exílio na Turquia (BRITANNICA, 2022f).

A violenta repressão por parte do governo central contra os houthis tinha como principal justificativa o fato destes terem como religião o zaydismo. Zaydismo é um ramo do islamismo próximo à vertente xiita. No Iêmen a ramificação do zaydismo seguida pelos houthis surgiu como uma reação ao financiamento e promoção da doutrina sunita salafista pelos sauditas em território iemenita durante a década de 1990. Os zaydistas constituem cerca de um terço da população do Iêmen (PARVEEN, 2019).

Assim, o governo iemenita justificava que os rebeldes seriam extremistas religiosos que deveriam ser combatidos. A longa e violenta campanha de repressão contra a rebelião acabou enfraquecendo gradativamente as estruturas internas do governo iemenita de Saleh (FEIERSTEIN, 2019).

Diante da crise política interna, o presidente Ali Abdullah Saleh aceitou negociar uma transição política no país. O Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), em conjunto com as Nações Unidas, assumiu um papel importante nas negociações, pois não era de interesse da Arábia Saudita a desestabilização política no sul da península arábica. Logo, em novembro de 2011, o presidente Saleh renunciou ao cargo e o então vice-presidente, Abd Rabbuh Mansour Al-Hadi, assumiu o governo de transição até a realização de novas eleições democráticas no país, previstas para fevereiro de 2012 (CLAUSEN, 2015; SETTEMBRINI, 2019).

Abd Rabuh Mansur Al-Hadi continuou na presidência do país após uma vitória com 99,8% dos votos nas eleições de 2012, resultado esse questionado pelos houthis. Al-Hadi, desde antes das eleições, buscou fazer reformas administrativas no país, decretando a dissolução da guarda republicana e mudando as lideranças militares.

O presidente interino decretou a dissolução da Guarda Republicana, a força de elite ainda liderada por Ahmed Ali Saleh, filho do ex-presidente, e o desmantelamento da Primeira Divisão. Hadi substituiu os líderes militares por seus partidários, originalmente da região de Abyan. No entanto, a maioria dos soldados comuns permaneceu leal a Saleh (SETTEMBRINI, 2019. p. 35. Tradução nossa).<sup>41</sup>

Além das reformas político-militares, Al-Hadi também propôs uma reorganização da divisão territorial iemenita, segmentando a região norte em quatro regiões e a região sul em duas regiões, essa proposta desagradou diretamente a comunidade houthi, pois a região de Sadá – historicamente composta pela população zaydistas – perderia o seu acesso ao mar (SETTEMBRINI, 2019).

---

<sup>41</sup> Do original: *The interim president decreed the dissolution of the Republican Guard, the elite force still led by Ahmed Ali Saleh, son of the former president, and the dismantling of the First Division. Hadi replaced the military leaders with his loyalists, originally from the Abyan region. However, the majority of ordinary soldiers remained loyal to Saleh.*

As mudanças propostas por Al-Hadi geraram uma ingovernabilidade no país, pois o presidente iemenita perdeu o apoio das elites políticas e militares, e também de amplos setores da sociedade civil, entretanto, ele ainda detinha apoio externo da Arábia Saudita e dos demais países do CCG (MAKTARY; SMITH, 2018).

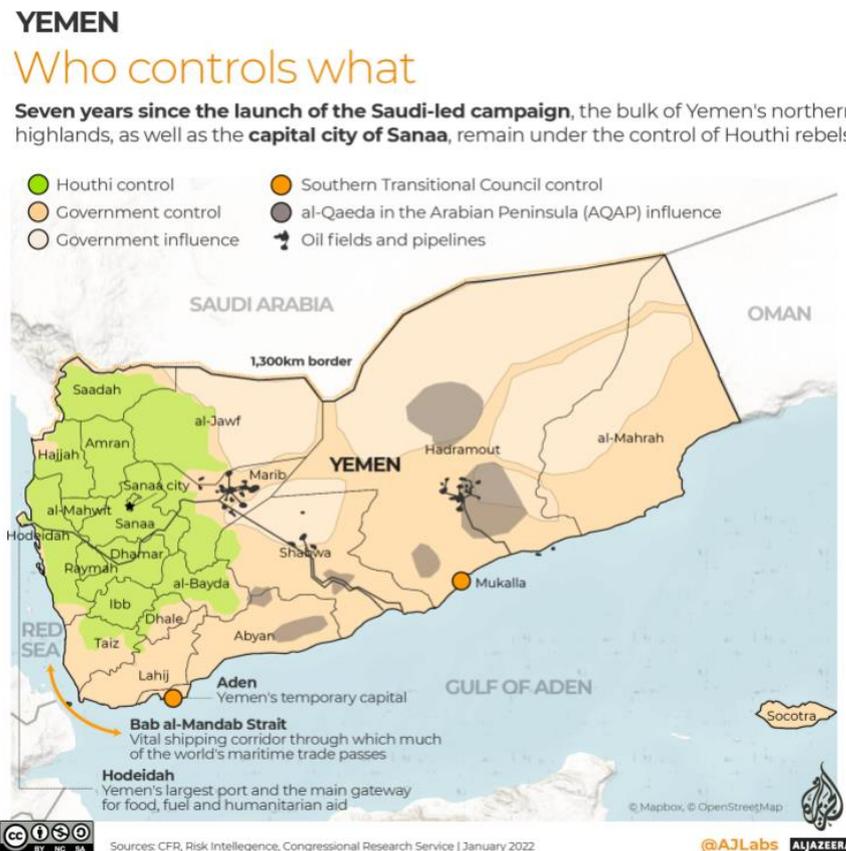
Diante disso, apesar do histórico conflitivo, os houthis e o ex-presidente Saleh firmaram uma tênue aliança por conveniência, visando à derrubada do governo de Al Hadi. A aliança houthi-Saleh era ligada unicamente pela perspectiva de ganhos políticos mútuos, em que os houthis forneciam seu poderio militar, e Saleh, suas conexões políticas em diversos setores da sociedade iemenita (MAKTARY; SMITH, 2018).

### 3.2 GOLPE DE ESTADO, INÍCIO DA GUERRA CIVIL E INTERVENÇÕES SAUDI-IRANIANA

Aproveitando-se da instabilidade do governo de Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, os rebeldes houthis com o apoio de simpatizantes do ex-presidente Ali Abdullah Saleh, conquistam a capital Saná através de um golpe de estado em 21 de setembro de 2014. Com a queda da capital, Al-Hadi foi forçado a negociar um acordo de paz, por meio do qual foi obrigado a renunciar ao cargo de presidente e promover um governo de transição apartidário (PARVEEN, 2019).

Entretanto, devido ao insucesso das negociações, em março de 2015, Al-Hadi fugiu do palácio presidencial em Saná, estabelecendo-se junto de seus apoiadores na cidade de Áden, no sul do país, quando teve início uma nova guerra civil no Iêmen. Devido ao rápido avanço das forças rebeldes no sul do país, Al-Hadi foi forçado a se exilar na Arábia Saudita ainda em março de 2015. Com a fuga de parte do governo iemenita para o território saudita, os houthis acabaram assumindo *de facto* a liderança da capital do país, entretanto os houthis não conseguiram ocupar e controlar o país como um todo (PARVEEN, 2019).

Figura 4: Mapa do conflito iemenita em janeiro de 2022.



Fonte: Al Jaazera, 2022.

Em 26 de março de 2015 a Arábia Saudita anunciou formalmente o início de intervenção no Iêmen, quando

[...] o príncipe Mohammad bin Salman Al Saud iniciou um bloqueio comercial e uma campanha de bombardeio aéreo chamada "Operação Tempestade Decisiva", apoiada por dez outros estados do Conselho de Cooperação do Golfo, com a exceção de Omã. O principal objetivo da operação, segundo a coalizão pró-Hadi, era recuperar o controle da capital nas mãos dos houthis, "peões nas mãos iranianas" (SETTEMBRINI, 2019. p. 35. Tradução nossa)<sup>42</sup>

Com o aval de Al-Hadi, a Arábia Saudita, em conjunto com o CCG, promoveu vários ataques aéreos contra alvos houthis dentro do território iemenita. Posteriormente, houve o início

<sup>42</sup> Do original: *On March 26, 2015, Prince Mohammad bin Salman Al Saùd initiated a trade blockade and an aerial bombing campaign called "Operation Decisive Storm", supported by ten other states of the Gulf Cooperation Council with the exception of Oman. The main objective of the operation, according to the pro Hadi coalition, was to regain control of the capital in the hands of the Houthis, "pawns in Iranian hands"*

de ofensivas militares por terra, por meio de uma coalizão formada principalmente entre a Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (WAY, 2019).

Com a atuação de atores terceiros no conflito iemenita, o mesmo pode ser configurado como uma guerra por procuração. Segundo Munford (2013) guerras por procuração podem ser caracterizadas como sendo conflitos intraestatais, onde um ou mais grupos contestam a legitimidade do governo e recebem apoio de potências externas. Segundo o aporte teórico de Mumford (2013) pode-se estabelecer que a atual Guerra Civil Iemenita pode ser configurada como sendo uma guerra por procuração, pois esta guerra é um conflito intraestatal que conta com as interferências de Arábia Saudita (apoiando o governo de Al Hadi) e do Irã (apoiando de maneira velada os houthis)

Mesmo antes da eclosão da guerra civil e da intervenção saudita no conflito iemenita, já se podia notar a presença de intervenções de atores terceiros dentro do Iêmen, pois desde a queda da monarquia no Iêmen do Norte e durante o processo de unificação entre a República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) e a República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul) já existia um interferência saudita nos rumos da política interna iemenita (SETTEMBRINI, 2019; ORKABY, 2021).

Enquanto isso a ligação iraniana dentro do Iêmen estava relacionada com o líder fundador dos houthis, Hussein Badreddin al-Houthi. Al-Houthi chegou a estudar em escolas xiitas iranianas durante a década de 1990 e foi um grande expoente da linha zaydista do islamismo xiita dentro do Iêmen. Ademais, existem narrativas que consideram uma presença iraniana apoiando os houthis, mesmo que em menor grau, desde meados de 2005 (SETTEMBRINI, 2019).

Ademais, no final de 2017 o ex-presidente iemenita Ali Abdullah Saleh tinha iniciado um processo de rompimento com os houthis ao mesmo tempo em que estava envolvido em uma suposta negociação de acordo de paz com a coalizão saudita. Através disso, em 9 de dezembro de 2017 Saleh foi executado pelas forças houthis após ser acusado de traição. (MAKTARY; SMITH, 2018).

A execução de Saleh trouxe alterações no cenário político-social do país, pois Saleh era a personificação da política iemenita por décadas e foi presidente da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) de 1978 até a unificação com o sul em 1990, sendo também presidente do Iêmen unificado de 1990 até sua renúncia em 2011 (MAKTARY; SMITH, 2018). Logo após a morte de Saleh, seus partidários se fragmentaram em frentes distintas. Alguns grupos prontamente desertaram a favor do governo em exílio de Al-Hadi, outros continuaram aliados aos houthis (MAKTARY; SMITH, 2018).

### 3.2.2 O IÊMEN COMO PALCO PARA A DISPUTA SAUDI-IRANIANA

Após a Primeira Guerra do Golfo, a Arábia Saudita se estabeleceu como um polo hegemônico na região, não através do uso da força militar, mas sim através de seu poder econômico oriundo do petróleo, através da legitimidade religiosa através do *haji* ser e em território saudita e do Estado saudita ser o maior expoente das vertentes sunita do islamismo (mais notoriamente a corrente wahabista) e através da diplomacia (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

A relação de cordialidade entre Arábia Saudita e Irã durante a década de 1990 e início dos anos 2000 garantiu a estabilidade do reino saudita. Entretanto, após a deposição do presidente iraquiano Saddam Hussein durante a invasão estadunidense do Iraque em 2004, o equilíbrio de poder na região se modificou (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

Retomando ao assunto já abordado no segundo capítulo, o governo de Saddam Hussein fazia um contraponto ao governo iraniano e a seus objetivos externos de exportar o próprio modelo político revolucionário. Dessa forma, era de interesse saudita a manutenção do regime iraquiano sob o governo de Hussein (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

A derrubada do regime de Saddam Hussein foi precedida por um profundo desacordo entre o governo Bush e Riad, que liderou uma oposição pública de monarquias árabes que discordavam de tal ação em um estado-chave como o iraquiano. Os príncipes sauditas temiam que a desestabilização iraquiana fosse usada pelos iranianos para expandir sua influência (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019. p. 115).<sup>43</sup>

Além da ausência de Saddam Hussein como um contraponto aos objetivos iranianos e respectiva eleição de Mahmoud Ahmadinejad a presidência do Irã. O Irã passou a retomar sua política expansionista revolucionária. Com isso, a estabilidade saudita começou a decair com o aumento da presença iraniana em países como Iraque, no Líbano, através do Hezbollah, no Iêmen e em outras regiões do Oriente Médio (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

A ascensão iraniana é a maior preocupação dentro da coroa saudita. O peso adquirido pelo Irã nos últimos anos em espaços como Iraque ou Síria, somado a outras ligações no Catar, Líbano, Gaza ou Iêmen, fazem do regime aiatolá o

---

<sup>43</sup> Do original: *The overthrow of Saddam Hussein's regime was preceded by a deep disagreement between the Bush and Riyadh Administration, which led a public opposition of Arab monarchies who disagreed with such action in a key state like the Iraqi. Saudi princes feared that Iraqi destabilization would be used by the Iranians to expand their influence.*

único capaz de contrabalançar a hegemonia saudita (MINÕ; MARTÍNEZ, 2019. p. 121).<sup>44</sup>

Com isso, segundo a perspectiva teórica de Mearsheimer (2001), a garantia da hegemonia saudita seria a garantia da sobrevivência do Estado saudita perante uma possível ameaça iraniana. E a busca iraniana pelo estabelecimento de uma hegemonia também significaria na garantia de sobrevivência do Estado iraniano, porém a busca dessa sobrevivência ameaçaria diretamente a segurança da Arábia Saudita, com isso a busca de hegemonia entre os dois países geraria no dilema de segurança entre os mesmos

A ampla intervenção da Arábia Saudita no conflito iemenita abriu um novo precedente para a política externa saudita. Desde a sua formação como Estado moderno em 1932, a Arábia Saudita centrou-se em intervenções discretas, limitando-se a ajuda materiais e/ou financeiras, a exemplo do auxílio às forças monarquistas durante a Guerra Civil do Iêmen do Norte de 1962-1970, do apoio financeiro ao Iraque durante a Guerra Irã-Iraque e do apoio à coalizão estadunidense durante a Primeira Guerra do Golfo (SETTEMBRINI, 2019).

A reorientação da política externa saudita está correlacionada à ascensão de Salman bin Abdulaziz ao trono saudita em 23 de janeiro de 2015. Uma das primeiras medidas feitas por Bin Abdulaziz foi a nomeação de seu filho Mohammed bin Salman como príncipe herdeiro do reino, além de também nomeá-lo para os cargos de ministro da Defesa e secretário-geral da Corte Real (MINO; MARTINEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

Diante disso, a tomada da capital Saná pelas forças houthis e uma queda do governo de Al-Hadi representariam um Iêmen fora zona de influência saudita e próximo dos interesses iranianos na região, com os houthis servindo de instrumento iraniano para causar certa desestabilização da Arábia Saudita. Em outras palavras, “o que o Irã busca alcançar em todo o mundo árabe: ou seja, o cultivo de um ator armado não estatal e não sunita que pode pressionar os adversários do Irã política e militarmente” (RIEDEL, 2019 apud SETTEMBRINI, 2019. p. 48, tradução nossa).<sup>45</sup>

Através dessa ameaça, a Arábia Saudita passou a agir de maneira agressiva, interferindo no conflito iemenita, para assim poder alcançar um *status* hegemônico na região. Partindo da ideia do realismo ofensivo de Mearsheimer, onde para garantir a sua sobrevivência um Estado deve estabelecer uma hegemonia e maximizar o seu poder bélico.

---

<sup>44</sup> Do original: *The Iranian rise is the highest concern within the Saudi crown. The weight acquired by Iran in recent years in spaces such as Iraq or Syria, coupled with other links in Qatar, Lebanon, Gaza or Yemen, make the Ayatollah regime the only one capable of presenting a counterbalance to Saudi hegemony.*

<sup>45</sup> Do original: *what Iran seeks to achieve throughout the Arab world: that is, the cultivation of a non-state and non-Sunni armed actor who can put pressure on Iran's adversaries both politically and militarily*

A iniciativa mais proeminente da doutrina Salman é a intervenção no Iêmen. Um firme compromisso do príncipe Mohammed bin Salman de reivindicar a proeminência saudita na área. A particularidade da operação no Iêmen é que a Arábia Saudita decide usar suas forças militares como mais um elemento de sua política externa, o que a ajuda a preservar sua liderança (MIÑO; MARTINEZ, 2019 p. 118).<sup>46</sup>

Já o Irã vê o Iêmen como uma meio de projetar poder na estratégica região sul da península arábica. Manter um governo iemenita não alinhado à esfera de influência saudita e próximo a Teerã minaria o poder hegemônico saudita na região e fortaleceria o governo iraniano e sua política externa. A possibilidade de controlar o Golfo de Áden elevaria a capacidade iraniana em garantir seus interesses políticos por todo o Oriente Médio.

Com o início das Primaveras Árabes e o caos gerado no país, o Irã aproveitou para estreitar seus laços com os houthis, mas ao mesmo tempo para estabelecer vínculos importantes com personalidades políticas do sul do Iêmen. No entanto, em 2015, quando os houthis derrubaram o presidente Saleh, os iranianos voltaram a se concentrar no movimento que teve mais sucesso no cenário nacional (SETTEMBRINI, 2019. p.43. tradução nossa).<sup>47</sup>

O interesse iraniano em manter um governo iemenita ideologicamente próximo, estaria na estratégica localização do Iêmen ao sul da península arábica, próximo do estratégico Golfo de Áden, além da grande proximidade do litoral iemenita com a estratégica região conhecida como “chifre da África” no continente africano, na região existe um enorme fluxo mercantil global, e por onde navega parte da produção de petróleo saudita. (NUNES, 2017).

---

<sup>46</sup> Do original: *The most prominent initiative of the Salman doctrine is intervention in Yemen. A firm commitment of Prince Mohammed bin Salmán to claim the Saudi prominence in the area. The particularity of the operation in Yemen is that Saudi Arabia decides to use its military forces as another element of its foreign policy, which helps it preserve its leadership.*

<sup>47</sup> Do original: *With the beginning of the Arab Springs and chaos generated in the country, Iran took the opportunity to strengthen its ties with the Houthis, but at the same time to establish important links with political personalities of southern Yemen. Nevertheless, in 2015, when the Houthis ousted President Saleh, the Iranians refocused on the movement that was most successful in the national scene.*

Figura 5: Localização geográfica do Iêmen com destaque no Golfo de Áden



Fonte: Al Jaazera, 2020.

Diferentemente da Arábia Saudita, o Irã não atua de maneira direta no conflito iemenita. A atuação iraniana se dá através do apoio financeiro e material para os houthis, em treinamentos e através da utilização de grupos de elite Hezbollah treinados diretamente pela Guarda Revolucionária Iraniana médio (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

A presença iraniana no conflito iemenita é extraoficial, não sendo admitida e nem negada tanto pelas autoridades iranianas e houthis, entretanto, governos como o estadunidense e o saudita alegam publicamente a existência de uma interferência iraniana no conflito. Especialistas expõem que existe uma ligação política ideológica entre Teerã e os rebeldes houthis (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

Segundo as definições teóricas acerca de guerras por procuração de Groh (2019) na Guerra Civil Iemenita se estabelece uma relação tanto de assistência doada como intervenção direta. A assistência doada estaria a cargo do apoio técnico-material dos iranianos aos houthis, enquanto a interferência direta se com os sauditas através de constantes ataques aéreos em apoio as forças de Al-Hadi (SETTEMBRINI, 2019).

Ainda segundo o aporte teórico de Groh (2019) a atuação saudita no conflito pode ser categorizada como sendo do tipo “nele pra ganhar”, pois desde antes a unificação do Iêmen os sauditas já possuíam uma influência política no país, com isso a ação saudita de entrar no conflito diretamente corrobora na necessidade saudita em garantir a vitória das forças de Al-

Hadi no conflito. Por outro lado, a atuação iraniana no conflito pode ser categorizada como sendo do tipo “alimentando o caos”, pois o maior interesse iraniano no conflito é na possibilidade de diminuir o poder latente saudita na região através da perpetuação. Além disso, por não estarem atuando diretamente no conflito, os iranianos não sofrem das mesmas percas que os sauditas enfrentam.

Ademais, o interesse iraniano também parte da premissa do realismo ofensivo, em que a garantia de um governo pró Teerã no Iêmen iria possibilitar o fortalecimento do Estado iraniano, assim possibilitando uma maior atuação iraniana na região do Oriente Médio no que tange ao apoio a grupos e/ou milícias xiitas. Esse ganho de poder iraniano poderia diminuir consideravelmente o poder latente saudita.

A mobilização e o apoio a grupos ou seitas mais próximos de sua ideologia são percebidos na ideia política iraniana como uma espécie de autodefesa e preservação de sua esfera vital contra o restante das potências mais hegemônicas da região, como Israel e Arábia Saudita, que sempre agiu com o propósito de isolar o Irã (SETTEMBRINI, 2019. p. 45. Tradução nossa).<sup>48</sup>

Na perspectiva do realismo ofensivo, a busca iraniana em estabelecer uma crescente xiita no entorno da Arábia Saudita estaria relacionado a necessidade do Estado em aumentar o seu poder relativo, assim diminuindo o poder saudita na região nesse âmbito o conflito interno iemenita e o apoio aos houthis surgiram para os iranianos como uma oportunidade de enfraquecer a Arábia Saudita na península arábica.

Já intervenção direta saudita através de ações ofensivas dentro do conflito iemenita tem como objetivo barrar as pretensões iranianas na península arábica e no Golfo de Áden, como isso os sauditas usam de sua força militar e econômica visando estabelecer uma hegemonia na região, para assim poder garantir sua plena segurança (SETTEMBRINI, 2019).

Com isso, é de interesse de ambos os Estados a vitória de seus grupos simpatizantes dentro da Guerra Civil Iemenita para assim poderem garantirem as suas respectivas seguranças internas. No caso da Arábia Saudita, através da reafirmação de sua hegemonia na região e assim ter maior legitimidade em buscar uma posição hegemônica na região do Oriente Médio, e no caso do Irã em enfraquecer a posição de liderança saudita na região da península arábica, assim podendo trazer uma posição de vantagem para o Irã no restante do Oriente Médio (MIÑO; MARTÍNEZ, 2019; SETTEMBRINI, 2019).

---

<sup>48</sup> Do original: *The mobilization and support for groups or sects closest to their ideology are perceived in the Iranian political idea as a kind of self defense and preservation of their vital sphere against the rest of the most hegemonic powers of the region, such as Israel and Saudi Arabia that have always acted with the purpose of isolating Iran.*

## CONCLUSÃO

Esse projeto buscou analisar de que maneira a rivalidade saudí-iraniana se caracteriza como uma disputa pelo estabelecimento de uma hegemonia na região do Oriente Médio e de que maneira essa disputa hegemônica interfere na Guerra Civil do Iêmen (2014 – atual) transformando o conflito intraestatal iemenita em uma guerra por procuração.

Através do referencial teórico do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), foi possível notar que tanto o Estado iraniano como o saudita detêm rivalidades e que ambos têm como maior objetivo a sobrevivência de seus regimes políticos. Para garantirem suas respectivas condições de segurança, ambos os Estados buscam a maximização de seu poder, para isso, ambos buscam o estabelecimento de uma hegemonia na região do Oriente Médio.

Através da revisão bibliográfica utilizada para a contextualização histórica das relações bilaterais entre Arábia Saudita e Irã, foi possível compreender que nem sempre os dois Estados mantiveram uma relação de animosidade e rivalidade. Inicialmente Arábia Saudita e Irã (sobre a dinastia Pahlavi) possuíam relações cordiais, que podiam ir para uma cooperação, a exemplo de ambos os Estados estarem na zona de influência estadunidense contra a influência soviética na região, e o fato de ambos os países terem apoiado durante a Guerra Civil do Iêmen do Norte (1962) as forças monarquistas contra as forças republicanas apoiadas pelo governo egípcio de Gamal Abdel Nasser.

Entretanto, apesar das relações cordiais, as relações entre os dois Estados também foram marcadas por momentos de discordância, a exemplo da recusa iraniana em seguir a política saudita de condenar a intervenção anglo-francesa durante a Crise de Suez em 1956 e também na recusa iraniana em aderir ao boicote saudita a exportação de petróleo a Israel após a Guerra Dos Seis Dias.

Através da revisão bibliográfica também foi possível estabelecer a Revolução Islâmica de 1979 no Irã como o ponto de ruptura nas relações entre os países, onde o Irã sobe uma perspectiva realista passou a buscar a exportação de seu modelo revolucionária xiita republicano como uma maneira de garantir a sobrevivência de seu regime. Todavia o modelo revolucionário iraniano vai contra o regime político saudita, diante disso a Arábia Saudita também passou a almejar um ganho maior de poder relativo para assim poder garantir a sua segurança e sobrevivência dentro do sistema.

Mearsheimer (2001) considera que a maior ferramenta para a garantia da sobrevivência de um Estado é através do estabelecimento de uma hegemonia. Com isso, mesmo após um breve período de estabilidade entre as relações saudí-iranianas durante a década de 1990, ambos

os Estados buscaram o estabelecimento de uma hegemonia política na região Oriente Médio, e com a eclosão do conflito iemenita e respectiva interferência de sauditas e iranianos no mesmo, intensificou a disputa hegemônica saudí-iraniana.

Partindo do referencial teórico sobre definições acerca das guerras por procuração, segundo Andrew Mumford (2013) e Tyrone Groh (2019), foi possível estabelecer que a Guerra Civil Iemenita é uma guerra por procuração, pois o conflito é do tipo intraestatal e sofre com interferências de agentes externos (Arábia Saudita e Irã). O conflito iemenita ainda pode ser categorizado segundo o aporte teórico de Groh (2019) como sendo do tipo de assistência doada, especialmente no que tange a participação iraniana, onde ela é concentrada na transferência de armamentos para as forças houthis além apoio técnico operacional. Além disso, a guerra de procuração ainda conta com a atuação direta da Arábia Saudita, através de operações militares e ataques aéreos.

Dada a localização estratégica do Iêmen, no sul da península arábica, ambos os Estados (Arábia Saudita e Irã) utilizam da guerra por procuração dentro do conflito interno iemenita para assim buscarem seus objetivos políticos próprios. Nesta guerra, a Arábia Saudita utiliza de suas forças militares para intervir diretamente no conflito, a fim de restabelecer o controle da capital Saná para o governo legítimo do país, além disso os sauditas visam principalmente impedir o estabelecimento de um governo pró Irã na região.

Já os iranianos participam da guerra civil iemenita de maneira discreta, através de apoio logístico, transferências armamentistas e através de apoio técnico proporcionado pela guarda revolucionária iraniana. O interesse iraniano, em retirar o Iêmen da zona de influência saudita. Dada a localização estratégica do Iêmen no sul da península arábica, para os iranianos o Iêmen sobre controle dos houthis (controle parcial ou total) significaria na transformação no país em uma base e refúgios para diversos grupos xiitas e também um posto de comando para a Guarda Revolucionária Iraniana lançar operações clandestinas na península arábica.

Através deste trabalho também foi demonstrado a falta de dados e de literatura que demonstrem oficialmente e com maiores detalhes a atuação iraniana dentro do conflito iemenita. Diferentemente da atuação saudita que é extensamente documentada e está pautada sobre a operação especial nomeada como Operação Tempestade Decisiva, a atuação iraniana no conflito é mais velada e indireta.

Ademais, os resultados obtidos demonstram que o Estado (Arábia Saudita ou Irã) que conseguir conquistar e estabelecer uma posição política dentro do Iêmen, irá obter uma vantagem na busca por um posição hegemônica dentro do Oriente Médio.

## REFERÊNCIAS

- AL-HAMDANI, Raiman; LACKNER, Helen. War and Pieces: Political Divides in Southern Yemen, ECFR Policy Briefs. **European Council on Foreign Relations (ECFR)**. jan. 2020. Disponível em: <[https://www.ecfr.eu/page/-/war\\_and\\_pieces\\_political\\_divides\\_in\\_southern\\_yemen.pdf](https://www.ecfr.eu/page/-/war_and_pieces_political_divides_in_southern_yemen.pdf)>.
- ARJOMAND, Saïd Amir. **After Khomeini: Iran Under His Successors**. Oxford University Press, Inc. 2009
- BLUMI, Isa. **Destroying Yemen: what chaos in Arabia tells us about the world**. Oakland, California. University of California Press, 2018.
- BRITANNICA. Wahhabi, **Encyclopedia Britannica**, 2022a. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Wahhabi>>. Acesso em 19 abr. 2022.
- BRITANNICA. Ikhwan, **Encyclopedia Britannica**, 2022b. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Ikhwan>>. Acesso em 10 abr. 2022.
- BRITANNICA. Hajj, **Encyclopedia Britannica**, 2022c. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/hajj>>. Acesso em 20 abr. 2022.
- BRITANNICA. Ashura, **Encyclopedia Britannica**, 2022d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Ashura-Islamic-holy-day>>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BRITANNICA. Fatwa, **Encyclopedia Britannica**, 2022e. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/fatwa>>. Acesso em 20 abr. 2022.
- BRITANNICA. Tawakkol Karman. **Encyclopedia Britannica**, 2022f. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Tawakkul-Karman>>. Acesso em 20 abr. 2022.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.
- CERIOLO, Luíza G. Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain’s and Yemen’s Arab Spring. **Contexto Internacional**. vol. **40(2)**. May/Aug. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400200010>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- CLAUSEN, Maria-Louise. Understanding the Crisis in Yemen: Evaluating Competing Narratives. **The International Spectator**, 50:3, 16-29
- FEIERSTEIN, Gerald M. Yemen: The 60-Year War. Policy Paper. Middle East Institute, fev. 2019. Disponível em: <<https://.mei.edu/sites/default/files/2019-02/Yemen%20The%2060%20Year%20War.pdf>>. acesso em 20 mai. 2022
- GROH, Tyrone L. **Proxy War The Least Bad Option**. Stanford, California, Stanford University Press, 2019.
- HILL, Ginny. **Yemen Endures Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia**. Oxford University Press. Oxford, New York, United States of America. 2017.
- HIRO, Dilip. **Cold War in the Islamic World: Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy**. Oxford University Press. Oxford, New York. 2018.
- KEYNOUSH, Banafsheh. **Saudi Arabia and Iran: Friends or Foes?** New York, NY: Palgrave Macmillan, 2016.
- MAKTARY, Shoji; SMITH, Katie. How Saleh’s Death Will Affect Prospects for Peace and Stability in Yemen. **Search for Common Ground**. jan. 2019. Disponível em: <<https://www.sfcg.org/wp-content/uploads/2017/07/What-Salehs-Death-Means-for-Yemen.pdf>>. acesso em 15 mai. 2022

- MCKERMAN, Bethan. Who are the Houthis and why are they fighting the Saudi coalition in Yemen? **The Guardian**, nov. 21, 2018. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/21/who-are-the-houthis-fighting-the-saudi-led-coalition-in-yemen>>. acesso em 20 abr. 2022
- MCLEAN, Charles A. The End of the Islamic Cold War: The Saudi Iranian Detente and its Implications. **Naval Postgraduate School**. Monterey, CA. jun. 2001.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001.
- MIÑO, Palome González; MARTÍNEZ, David Hernández. The Salman Doctrine in Saudi Arabia's Foreign Policy: Objectives and the use of military forces. Austral: **Brazilian Journal of Strategy & International Relations** e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.8, n.16, Jul./Dec. 2019 | p.106-128
- MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare: War and Conflict in the Modern World**. Cambridge, UK. Polity Press. 2013.
- MURRAY, Williamson; WOODS, Kevin M. **The Iran–Iraq War A Military and Strategic History**. University Printing House, Cambridge CB2 8BS, United Kingdom. 2014.
- NOGUEIRA, João P; MASSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates**. GEN Atlas; 1ª edição. 26. set. 2005.
- NUNES, André. A importância geopolítica do Iêmen para a Arábia Saudita, **Boletim Geocorrente**. v.3, n.65 p.7. Rio de Janeiro. marinha do Brasil, dez. 2017. Disponível em: < [https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/flipping\\_book/index\\_63/mobile/index.html](https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/flipping_book/index_63/mobile/index.html)>.
- ORKABY, Asher. **Yemen: What Everyone Needs to Know**. Oxford University Press 2021.
- PARVEEN, Ashiya. The Yemen Conflict: Domestic and Regional Dynamics. In: SINGH, Sanjay. **West Asia in Transition Vol.II**, Pentagon Press. 2018. Chap.9 p. 130-148.
- RONDEAUX, Candance; STERMAN, David. **Twenty-First Century Proxy Warfare: confronting strategic innovation in a multipolar world since the 2011 nato intervention**. New America, 2019.
- SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo. Editora Saraiva. 2005.
- SCHMIDT, Brian C. Hegemony: A conceptual and theoretical analysis. **Dialogue of Civilizations Research Institute**, Berlin – Germany, 15. ago. 2018.
- SETTEMBRINI, Maria. M. **The proxy war between Iran and Saudi Arabia: The case of the Yemeni Civil War**. Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. 2019. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10071/18837>>. 19 mar. 2022.
- SHARP, Jeremy M. Yemen: Civil War and Regional Intervention. **Congressional Research Service**, 23. abr. 2020. Disponível em: < <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf>>.
- WPR. Iran and Saudi Arabia Battle for Supremacy in the Middle East. **World Politics Review - The Editors Monday, Aug. 23, 2021**. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/insights/27875/israel-iran-saudi-arabiabattlep-for-supremacy-in-the-middle-east>. Acesso em: 20 abr. 2022.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 | 0  
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

## RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

### ANEXO I

#### APÊNDICE ao TCC

#### Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Antonio Jefferson da Silva do Curso de Relações Internacionais, matrícula 20182004300050, telefone: (64) 992373836, e-mail antoniojefferson2008@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Disputa saudi-iraniana pela Hegemonia no Oriente Médio a partir do Estudo do Conflito Iemenita” gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Antonio Jefferson da Silva

Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador Giovanni Hideki Chinaglia Okado